



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – DCJ/SR  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

## O DIREITO À LITERATURA: um bem incompressível na visão de Antônio Cândido

Sanderli José da Silva

SANTA RITA

2018

SANDERLI JOSÉ DA SILVA

O DIREITO À LITERATURA: um bem incompressível na visão  
de Antônio Cândido

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Direito do  
Centro de Ciências Jurídicas da  
Universidade Federal da Paraíba, como  
requisito para a obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Jurídicas.

**Orientador(a):** Prof. Dr. Sven Peterke

SANTA RITA

2018

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586d Silva, Sanderli Jose da.

O direito à literatura: um bem incompressível na visão  
de Antônio Cândido / Sanderli Jose da Silva. - João  
Pessoa, 2018.

59 f. : il.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCJ.

1. Direito à Literatura. 2. Direitos Humanos. 3. Bem  
incompressível. 4. Manifestações culturais. 5.  
Literatura de Cordel. I. Título

UFPB/CCJ

SANDERLI JOSÉ DA SILVA

O DIREITO À LITERATURA: um bem incompressível na visão  
de Antônio Cândido

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Direito do  
Centro de Ciências Jurídicas da  
Universidade Federal da Paraíba, como  
requisito para a obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Jurídicas.

**Orientador(a):** Prof. Dr. Sven Peterke

Banca Examinadora

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Professor Dr. Sven Peterke  
(Orientador)

---

Professor Dr. Ronaldo Alencar dos Santos  
(Examinador)

---

Professora Ma. Ana Carolina Monteiro Lins de Albuquerque e Souto  
(Examinador)

SANTA RITA

2018

Dedico este trabalho a Deus, à minha esposa Luciene Soares e aos meus filhos, Piero Soares, Lorena Alysson e Sanderli Segundo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha querida esposa Luciene Soares e aos filhos amados, Piero Soares, Lorena Alysson e Sanderli Segundo.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Sven Peterke, pela confiança, pelas salutares orientações para o embasamento do trabalho.

Agradeço aos caros examinadores, Prof. Dr. Ronaldo Alencar dos Santos e Prof.<sup>a</sup> Ma. Ana Carolina Monteiro Lins de Albuquerque e Souto, pela composição da banca e pelas oportunidades de melhorias apresentadas.

Agradeço ao Chefe do Departamento, ao Coordenador do Curso e aos Professores do Curso de Direito, DCJ Santa Rita.

Agradeço à minha cunhada Solange Soares, pelas constantes cobranças para a elaboração deste trabalho.

Agradeço aos colegas de curso.

E um agradecimento especial a Deus, Pai de Jesus Cristo, princípio e fim de todas as coisas.

A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.

Antônio Cândido

## **RESUMO**

O presente trabalho aborda a literatura como bem incompressível do ser humano, com base na reflexão de Antônio Cândido sobre o direito à literatura. O estudo se desenvolve através de um levantamento teórico-bibliográfico sobre o tema, tendo como referencial a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Convenção Americana de Direitos Humanos e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Focou-se em observar o caráter humanizador e transformador da arte e da literatura, que através das manifestações culturais promovem o aguçamento da consciência crítica. Buscou-se mostrar a importância da Literatura de Cordel como propagadora das verdades a que as massas precisam ter acesso para engrandecimento destas e do projeto de acesso à arte e à literatura desenvolvido pelo Centro Cultural Ariano Suassuna, do Tribunal de Contas do Estado. Tratou-se ainda de pesquisar e analisar as atividades do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas da Paraíba, seus princípios norteadores e objetivos para a elevação do índice de leitura na Paraíba.

**Palavras-chave:** Direito à literatura. Direitos Humanos. Bem incompressível. Manifestações culturais. Literatura de Cordel.



## **ABSTRACT**

*The present work approaches the literature like a incompressible wealth of the human being, based on Antonio Cândido's reflection about the right to literature. The study is developed through a theoretical-bibliographic survey on the subject, having as reference the Universal Declaration of Human Rights, the American Convention on Human Rights and the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988. It focused on observing the humanizing and transforming character of the art and the literature, which through cultural manifestations promote the sharpening of critical consciousness. The aim was to show the importance of Cordel's Literature as a propagator of the truths to which the masses need to have access for their aggrandizement and of the project of access to art and literature developed by the Ariano Suassuna Cultural Center of the State Court's of Accounts. It was also a question of researching and analyzing of the activities of the State Book Plan, Reading, Literature and Libraries of the Paraíba, its guiding principles and objectives for raising the reading rate in Paraíba.*

**Keywords:** *Right to literature. Human rights. Wealth incompressible. Cultural manifestations. Literature of cordel.*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NOS DIREITO HUMANOS.....</b>	<b>13</b>
2.1 A LITERATURA É UM DIREITO HUMANO?.....	16
<b>3 O CARÁTER HUMANIZADOR E TRANSFORMADOR DA ARTE E DA LITERATURA .....</b>	<b>24</b>
3.1 O TOMBAMENTO DO CORDEL COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL .....	29
3.2 O PROJETO DE ACESSO À ARTE DO CENTRO CULTURAL ARIANO SUASSUNA, DO TCE, E OUTRAS AÇÕES .....	36
<b>4 AS AÇÕES DO PLANO ESTADUAL DO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECA DA PARAÍBA, PARA A PROMOÇÃO DESSE DIREITO.....</b>	<b>44</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O crítico literário Antônio Cândido traz à tona uma discussão pujante para o meio acadêmico: a literatura como um bem incompressível do ser humano. No seu entendimento, “são bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual” (CÂNDIDO, 2011, p. 174) e estariam nessa categoria a arte e a literatura.

O presente estudo justifica-se do ponto de vista social, pois objetiva compreender o caráter fundamental da literatura na vida das pessoas, quais os efeitos que a literatura pode ocasionar no ser humano, como instrumento de integração, o que deve fazer os que acreditam nos direitos humanos para transformar teoria em realidade e quais são os critérios para considerar os bens incompressíveis, do ponto de vista individual e do ponto de vista social.

É pertinente do ponto de vista científico, porque quando Antônio Cândido aponta as desigualdades sociais, as diferenças, e a injustiça na distribuição do direito, suscita um campo de debates.

Neste estudo buscou-se compreender a questão da fruição segundo as classes, as situações que privam as possibilidades do homem do povo no acesso à arte e à literatura.

Cândido interpreta que para o homem do povo “[...] ficam a literatura de massa, o folclore, a sabedoria espontânea, a canção popular, o provérbio” (CÂNDIDO, 2011, p. 186). E, embora, considere manifestações importantes e nobres, assegura que “[...] é grave considerá-las como suficientes para a grande maioria que, devido à pobreza e à ignorância, é impedida de chegar às obras eruditas” (CÂNDIDO, 2011, p. 186). De forma que, em rasa análise, poder-se-ia pensar que o crítico reputa a literatura popular em um grau menor, porém o cerne da sua crítica se prende aos males provocados pela desigualdade social, dentre eles o obstáculo do acesso às obras eruditas, inclusive aponta caminhos para que a literatura erudita deixe de ser privilégio de poucos.

Ainda que não haja um aprofundamento na investigação da Literatura de Cordel, o que seria necessário um estudo minucioso para levantar a sua importância, num momento em que o Cordel foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, pretende-se fazer a ponte entre o popular e o erudito, em decorrência do acentuado trabalho desenvolvido pela Academia de Cordel do Vale do Paraíba em parceria com o Centro Cultural Ariano Suassuna, braço cultural do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, pois quando o homem do povo é alijado do direito à literatura

erudita, é a Literatura de Cordel que preenche esse espaço de humanização na sua vida. Por outro lado, se se adotar uma noção restrita demais de literatura, excluindo a literatura de cordel da liberdade de expressão e pensamento, não se estaria praticando uma espécie de censura?

A pesquisa em questão tem como fulcro a obra de Antônio Cândido, “Vários escritos”, notadamente o capítulo “O direito à literatura”, em que o pensador utiliza a literatura como um direito humano, para levantar outras discussões a respeito da desigualdade, da concentração de rendas, do preconceito social. Cândido (2011, p. 180) diz que: “[...] frui-la é um direito das pessoas de qualquer sociedade, desde o índio que canta as suas proezas de caça ou evoca dançando a lua cheia, até o mais requintado erudito que procura captar com sábias redes os sentidos flutuantes de um poema hermético”. E é a sua visão integrada da história, a condição de crítico literário, de intelectual que marcou a forma de investigar e analisar os fenômenos culturais, que incentiva esta pesquisa, como tem incentivado gerações de pesquisadores.

Berriel (2017, *online*) entende que “[...] interessam para a compreensão de uma obra literária ou artística as circunstâncias históricas de sua composição. Assim, as obras e seus gêneros dependem de um quadro geral, societário; não são produzidas a esmo.” Como primoroso observador, Cândido (2011, p. 175) esclarecia que “Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática.”

Assim, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, procurando explicar o problema através da análise da literatura já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita, envolvendo o tema em análise; documental, através de projetos, leis, normas, resoluções, pesquisas *on-line*, dentre outros que tratam sobre o tema; e ainda aporquenálise de casos práticos, podendo-se confrontar a teoria com o dado empírico, validando-a ou não, e trazendo à tona a consistência ou inconsistência dos argumentos utilizados.

Para atingir o objetivo proposto, que é o de pesquisar e analisar a literatura como direito humano, indispensável à liberdade, primeiro buscou-se identificar a importância da literatura nos direitos humanos, embasando-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, na Convenção Americana de Direitos Humanos e na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, aproveitando-se ainda para fazer uma leitura entre o pensamento de Cândido e o do filósofo Milton Santos.

No segundo capítulo focou-se em observar o caráter humanizador e transformador da arte e da literatura, em que se trata a performance da Academia de Cordel do Vale do Paraíba, do registro do Cordel pelo IPHAN, do fato das manifestações culturais promoverem o aguçamento da consciência crítica, da Literatura de Cordel como propagadora das verdades a que as massas precisam ter acesso para engrandecimento destas e do projeto de acesso à arte e à literatura, desenvolvido pelo Centro Cultural Ariano Suassuna, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

No terceiro capítulo tratou-se de pesquisar e analisar as ações do Governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria de Estado da Cultura, com as atividades do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas – PELLB/PB, seus princípios norteadores, objetivos, que seria abordar o livro, a leitura, literatura e biblioteca como uma política pública de Estado de forma a contemplar toda cadeia produtiva, criativa e mediadora do livro, para democratizar o acesso à leitura, elevando-se os seus índices no Estado da Paraíba.

## 2 A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NOS DIREITOS HUMANOS

Os direitos fundamentais do ser humano são reconhecidos e positivados na esfera do Direito Constitucional, enquanto que os Direitos Humanos são direitos reconhecidos e positivados na esfera do Direito Internacional.

Em se tratando do direito ao acesso à literatura, o Artigo 13 – Liberdade de pensamento e de expressão, da Convenção Americana de Direitos Humanos (1969, *online*), estabelece no item 1:

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (2016, p. 18), Título II – Dos direitos e garantias fundamentais, Capítulo II – Dos Direitos sociais, em seu Artigo 6º, institui que, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”. Já a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, *online*), em seu Artigo XXVII, estabelece que:

Todo homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios. Todo homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

O artigo em questão consolida o acesso aos direitos culturais e protege os direitos do autor, nos aspectos materiais, frutos da comercialização, e morais, ligados à autoria da obra.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (2016, p. 126), em seu Artigo 215, determina que, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” Os direitos culturais e o acesso às fontes de cultura são, assim, bens incompressíveis garantidos pela Constituição Federal.

O Manual Prático de Direitos Humanos Internacionais afirma que:

No preâmbulo da Declaração, são conhecidos a dignidade inerente e os direitos inalienáveis de todos os membros da sociedade como condição para liberdade, justiça e paz no mundo. Em seus trinta artigos, são listados direitos políticos e liberdades civis (arts. 1–22), bem como direitos econômicos, sociais e culturais (arts. 23–27). À primeira categoria pertencem, entre outros, o direito à vida e à integridade física, a proibição da tortura, da escravidão e de discriminação (racial), o direito de propriedade, o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, o direito à liberdade de opinião e de expressão e à liberdade de reunião. A segunda categoria inclui, entre outros, o direito à segurança social, o direito ao trabalho, o direito à livre escolha da profissão e o direito à educação (HEINTZE, 2010, p. 28).

Sabe-se que os Direitos Humanos são direitos fundamentais que o homem possui pela sua própria natureza de ser humano, cuja fundamentação teve solução com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, entretanto é patente que há uma crise moderna dos fundamentos dos Direitos Humanos, de forma que o problema maior é mais de proteção do que de justificação, trata-se de um problema mais político do que filosófico, mas a filosofia do direito é uma das principais vertentes para essa fundamentação, enquanto se atenta para os direitos positivados. Heidegger (2008, p. 232) *apud* Mascaro (2011, p. 12) afirma que:

[...] filosofar é transcender, significando um reiterado perguntar-se sobre o ser do ente. O filosofar pergunta sobre aquilo que já compreendemos (pré-compreendemos). Assim, abandonar a investigação pelo fundamento dos direitos humanos seria deixar-se tomar pelas insinuações da mais tenaz opositora da filosofia: a suposta auto-evidência das coisas. A investigação filosófica, ao contrário da científica, busca entender o ente em sua totalidade, busca o ser do ente.

Fala que provoca uma septicola:

Sobre os Direitos Humanos  
Filosofia do Direito  
Um dos principais caminhos  
Por Heidegger aceito  
Que se pode realizar  
Transcender, investigar  
O ser do ente... perfeito

Milton Santos, geógrafo e filósofo brasileiro, assegura que:

Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos, as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares (SANTOS, 2008, p. 19).

Ainda em se falando da crise moderna, o crítico literário Antônio Cândido parece apontar, de forma simples, o cerne da questão, que seria reconhecer que o próximo tem a mesma necessidade que nós temos, entretanto as pessoas frequentemente são vítimas de uma obnubilação, ou seja, passivas de deslumbramentos e ofuscações, de forma que não negam que o próximo tenha direito a certos bens fundamentais, como casa, comida, instrução, saúde, como se fossem privilégio de minorias, como são no Brasil. E questiona:

Mas será que pensam que o seu semelhante pobre teria direito a ler Dostoiévski ou ouvir os quartetos de Beethoven? Apesar das boas intenções no outro setor, talvez isto não lhes passe pela cabeça. E não por mal, mas somente porque quando arrolam os seus direitos não estendem todos eles ao semelhante. Ora, o esforço para incluir o semelhante no mesmo elenco de bens que reivindicamos está na base da reflexão sobre os direitos humanos (CÂNDIDO, 2011, p. 172).

Santos (2008), também chamado de “o filósofo da geografia”, evoca os últimos anos do século XX, como cenário de grandes mudanças para a unificação do mundo, em virtude das novas condições técnicas, que seriam as bases sólidas para uma ação humana mundializada. E que esta, entretanto, impõe-se à maior parte da humanidade como uma globalização perversa. Chama de “encantamento do mundo” a informação ‘onipresente’, que estaria a serviço do capital e não do homem:

Estamos diante de um novo “encantamento do mundo”, no qual do discurso e a retórica são o princípio e o fim. Esse imperativo e essa onipresença da informação são insidiosos, já que a informação atual tem dois rostos, um pelo qual ela busca instruir, e um outro, pelo qual ela busca convencer. Este é o trabalho da publicidade. Se a informação tem, hoje, essas duas caras, a cara do convencer se torna muito mais presente, na medida em que a publicidade se transformou em algo que antecipa a produção. Brigando pela sobrevivência e hegemonia, em função da competitividade, as empresas não podem existir sem publicidade, que se tornou o nervo do comércio (SANTOS, 2008, p. 20).

Mas voltando-se à questão da literatura como bem incompressível, que se não pode negar a ninguém, Cândido (2011, p. 173) recupera o ponto de vista do sociólogo francês, o padre dominicano Louis-Joseph Lebret, fundador do movimento Economia e Humanismo, com quem conviveu, e que atuou no Brasil durante 20 anos, de 1940 a 1960, “Penso na sua distinção entre “bens compressíveis” e “bens incompressíveis”, que está ligada a meu ver com o problema dos direitos humanos, pois a maneira de conceber a estes depende daquilo que classificamos como bens incompressíveis [...]”

Oliveira (2011, *online*) afirma que a vida de Lebret, enquanto teólogo de ação e pensador social, esteve diretamente entrelaçada em dois movimentos criados e



estruturados para dinamizar uma cultura mais fraternal: a revista “*Économie et Humanisme*” e o “Movimento dos Economistas Cristãos<sup>1</sup>”:

Ambos os movimentos, a partir do início dos anos 1940, fizeram com que Lebreton concebesse uma economia (ciência e atividade) em função do ser humano, orientando-a para a satisfação das necessidades e das aspirações de cada um comprometidos com um sistema econômico capaz de priorizar as pessoas, e não o mercado e suas mercadorias. Com esses “movimentos”, pautados no método “ver, julgar e agir”, Lebreton viabilizou projetos de desenvolvimento e valorização das relações humanas sob as bases da tradição cristã (OLIVEIRA, 2011, *online*).

Mas se há de perguntar qual a relação entre a “globalização perversa”, apontada por Milton Santos e a literatura vista por Antônio Cândido como bem incompressível? Oliveira (2011, *online*), acima, ressalta que a aspiração de Lebreton seria “[...] um sistema econômico capaz de priorizar as pessoas, e não o mercado e suas mercadorias.” Milton Santos, na sua obra aponta uma outra globalização, cujo foco seria a valorização das pessoas. Assim, o próprio Cândido responde:

Certos bens são obviamente incompressíveis, como o alimento, a casa, a roupa. Outros são compressíveis, como os cosméticos, os enfeites, as roupas supérfluas. Mas a fronteira entre ambos é muitas vezes difícil de fixar, mesmo quando pensamos nos que são considerados indispensáveis. O primeiro litro de arroz de uma saca é menos importante do que o último, e sabemos que com base em coisas como esta se elaborou em Economia Política a teoria da “utilidade marginal” segundo a qual o valor de uma coisa depende em grande parte da necessidade relativa que temos dela. O fato é que cada época e cada cultura fixam os critérios de incompressibilidade, que estão ligados à divisão da sociedade em classes, pois inclusive a educação pode ser instrumento para convencer as pessoas de que o que é indispensável para uma camada social não o é para outra. Na classe média brasileira, os da minha idade ainda lembram o tempo em que se dizia que os empregados não tinham necessidade de sobremesa nem de folga aos domingos, porque não estando acostumados a isso, não sentiam falta [...] (CÂNDIDO, 2011, p. 173)

## 2.1 A LITERATURA É UM DIREITO HUMANO?

A literatura é indispensável para a formação do ser humano, tanto no plano da alta cultura, quanto na esfera da cultura popular. A necessidade de fabulação é presente no indivíduo e o acesso a esse incompressível bem obedece ao princípio da igualdade e da não discriminação. Ela tem o papel de humanizar, porque faz o homem vivenciar

---

<sup>1</sup> Louis-Joseph Lebreton criou dois projetos de engajamento social: Economia e Humanismo e Movimento dos Economistas Cristãos, cuja ideia básica era se elaborar um modelo econômico capaz de pôr a atividade econômica a serviço das pessoas e dos povos.

diferentes realidades e situações. É uma necessidade universal que deve ser satisfeita, pois, dando forma aos sentimentos e à visão do mundo, tem a capacidade de organizar o caos que há dentro do homem (CÂNDIDO, 2011).

O Plano de Ação: programa mundial para educação em direitos humanos, terceira fase, *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - UNESCO (2015, p. 8), preceitua:

Conforme esses instrumentos, que contêm elementos para a definição da educação em direitos humanos aprovados pela comunidade internacional, a essa educação pode ser definida como quaisquer esforços de aprendizagem, educação, treinamento ou informação com vistas a construir uma cultura universal de direitos humanos, incluindo:

- (a) fortalecer o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;
- (b) desenvolver de forma plena da personalidade e da dignidade humanas;
- (c) promover a compreensão, a tolerância, o respeito pela diversidade, a igualdade de gênero e a amizade entre todas as nações, povos indígenas e minorias;
- (d) capacitar todas as pessoas para participar em uma sociedade livre e democrática, regulada pelo Estado de Direito;
- (e) construir e manter a paz;
- (f) promover a justiça social e o desenvolvimento sustentável centrados nas pessoas.

Restringiu-se esta investigação ao fato da literatura como bem incompressível, ou seja, como um direito fundamental do ser humano, não se entrando, portanto, no mérito do Direito da Literatura, do Direito como Literatura e do Direito na Literatura, entretanto apresenta-se breve citação de Godoy (2002), Bambirra (2012) e Gurgel (2013) *apud* Moreira e Nogueira (2014, p. 32), a esse respeito:

O primeiro, sendo um campo mais restrito, diz respeito aos direitos de um autor ou de uma obra quanto a sua utilização. Está relacionado com a liberdade de expressão e direitos autorais do autor sobre sua obra (GURGEL, 2013). De acordo com Bambirra (2012), “[...] há a proteção jurídica da atividade literária, que envolve todos os aspectos das relações jurídicas do exercício literário – da garantia à liberdade de expressão aos direitos autorais.” O segundo, conforme esclarece Godoy (2002), é o uso de estratégias literárias nos próprios textos jurídicos. Ocupa-se do estudo dos recursos de linguística, retórica e estilo, utilizados tanto na norma quanto no discurso jurídico, para transmitir seus conteúdos valorativos, tornando-se, mesmo, mais uma potencial forma de leitura (GURGEL, 2013). Seria outra forma de leitura do Direito. Godoy (2002) também explica o terceiro, afirmando que tende à representação da atuação de juristas e instituições jurídicas em textos literários. Identifica o jurídico dentro do literário, por meio das narrativas, metáforas e situações hipotéticas trazidas pelo universo da literatura e discutem-se os conteúdos, institutos e preceitos jurídicos, de forma ampla e interdisciplinar (GURGEL, 2013). Isso quer dizer que diz respeito às formas sob as quais o direito é representado na literatura. Ou seja, livros que tenham como tema ou pano de fundo, algo relacionado com o direito.

É o olhar plural de Antônio Cândido, cujo senso crítico vai além da literatura, que motiva a investigação deste trabalho. Como se sabe, Antônio Cândido lecionou Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis e na Universidade de Paris. Na USP foi professor de Teoria Literária e Literatura Comparada. Foi ainda professor visitante de Literatura Brasileira Comparada na Universidade de Yale, nos Estados Unidos. Obteve, em 1945, o título de livre-docente com a tese *Introdução ao método crítico de Silvio Romero*. Em 1954, obteve o grau de doutor em Ciências Sociais, com a tese *Parceiros do Rio Bonito*.

Essas habilidades foram, naturalmente, refinando os seus olhares. Soma-se a isso a atividade de crítico literário, que o leva à condição de pesquisador, observador da sociedade, um estudante do comportamento humano. No entendimento de Castro (2016, *online*):

O crítico literário é, portanto, um filósofo da arte verbal. E mas especificamente no caso de Cândido, que era formado em Sociologia e mantinha uma relação estrita e apaixonada com a Antropologia, serviu para influenciar milhares de mentes, gerando comportamentos, remoldando o país. Fato comprovado, tendo em vista que o crítico, que era também professor, teve como um de seus alunos Fernando Henrique Cardoso, que depois foi eleito Presidente do Brasil.

Luiz Marins, antropólogo e palestrante brasileiro, costuma motivar as pessoas a trocarem o plano do choro pelo plano da ação:

É importante lembrar que uma pessoa responsável é que responde pelas coisas. Não dá desculpas. Não se exime de fazer o que tem de ser feito para que um objetivo seja atingido. E como é responsável, faz tudo dentro dos limites da ética. Pessoas responsáveis têm perseverança. Não desistem. Elas ultrapassam seus limites. Não choram. Passam do plano do choro ao plano da ação e modificam a realidade (MARINS, 2012, *online*)

Observa-se que pensadores como Antônio Cândido e Milton Santos apresentam, dissecam os problemas que afligem o homem, como a negação do direito à literatura, como o caráter perverso da globalização, mas também demonstram caminhos para a iniciativa de se sair do discurso para a prática.

Quando Santos (2008, p. 19) descreve o caráter perverso da globalização, em que “[...] a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro

como motor da vida econômica e social”, e apresenta as “[...] duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo”, como a base dos novos totalitarismos ou globalitarismos, no seu entendimento, mas também configura “Uma outra globalização”, demonstrando que a globalização atual não é irreversível e que há “um novo mundo possível”. Quanto ao professor Antônio Cândido, Castro (2016, *online*) afirma que não bastaria compreender o país através da literatura, cuja compreensão gera responsabilidade, de forma que o professor se envolveu nos aspectos da política, apontando o que estava em desacordo, denunciando a discrepância de um país ainda com alto índice de analfabetismo, envolvendo-se num ativismo antifascismo, tendo sido um dos fundadores da União Democrática Socialista, posterior Partido Socialista Brasileiro. Em outras palavras, o professor Cândido denunciava através da sua obra e das suas ações, conforme informa Leandro Sarmatz:

Mas Antonio Candido não ficou só no discurso. Durante a ditadura (1964-1985), atuou como defensor de causas humanitárias, denunciando como a repressão policial estava roendo as entranhas do Brasil e desagregando a nossa sociedade. Para ele, as arbitrariedades da perseguição política contaminaram em grande parte a atuação das polícias, que se habituaram à tortura para arrancar confissões até do ladrão de galinha mais pé-de-chinelo. Ficou famoso também seu depoimento em pleno governo de Ernesto Geisel, quando afirmou que era importante discutir o socialismo, palavrinha então desaparecida da arena política e que, nos ouvidos verde-oliva dos donos do pedaço, era coisa pior que xingar a mãe (SARMATZ, 2004, *online*)

O desejo da transformação da sociedade ardia no peito de Cândido e ele assegurava que quem acreditasse nos direitos humanos buscava transformar a teoria em realidade, esforçando-se para fazer coincidir uma com a outra, não obstante o aspecto sinistro do nosso tempo, em que há a possibilidade da solução de problemas, mas não há o empenho para tanto. Acreditava, contudo, que, apesar da situação atroz em que vivemos, haveria perspectivas animadoras (CÂNDIDO, 2011).

Como ele não viveu para ver o atual cenário brasileiro, acreditava que:

É verdade que a barbárie continua até crescendo, mas não se vê mais o seu elogio, como se todos soubessem que ela é algo a ser ocultado e não proclamado. Sob este aspecto, os tribunais de Nuremberg foram um sinal dos tempos novos, mostrando que já não é admissível a um general vitorioso mandar fazer inscrições dizendo que construiu uma pirâmide com as cabeças dos inimigos mortos, ou que mandou cobrir as muralhas de Nínive com as suas peles escorchadas. Fazem-se coisas parecidas e até piores, mas elas não

constituem motivo de celebração. Para emitir uma nota positiva no fundo do horror, acho que isso é um sinal favorável, pois se o mal é praticado, mas não proclamado, quer dizer que o homem não o acha mais tão natural (CÂNDIDO, 2011, p. 171).

Observando-se o comportamento dos políticos e dos empresários, ostentado por Cândido, na época em que escreveu “Vários escritos”, percebe-se o estágio temerário atual em que chegou o Brasil:

Do mesmo modo, os Políticos e empresários de hoje não se declaram conservadores, como antes, quando a expressão classes conservadoras era um galardão. Todos são invariavelmente de centro e até de centro-esquerda, inclusive os francamente reacionários. E nem poderiam dizer outra coisa, num tempo em que a televisão mostra a cada instante, em imagens cujo intuito é mero sensacionalismo, mas cujo efeito pode ser poderoso para despertar as consciências, crianças nordestinas raquíticas, populações inteiras sem casa, posseiros massacrados, desempregados morando na rua (CÂNDIDO, 2011, p. 172).

Efetuada-se uma rápida análise nos noticiários, identifica-se a preocupação com possíveis ameaças aos Direitos Humanos no Brasil. O caso Marielle, por exemplo, foi considerado alarmante pela Organização das Nações Unidas – ONU:

Um grupo de relatores da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou comunicado conjunto nesta segunda-feira (26) em que classificam como “profundamente alarmante” a execução da vereadora Marielle Franco (Psol), assassinada junto com seu motorista, Anderson Gomes, em 14 de março, no centro do Rio de Janeiro. Para os especialistas, o crime tem caráter político e é uma forma de intimidar os defensores dos direitos humanos no Brasil. Nesse sentido, segundo o grupo de trabalho, as autoridades brasileiras devem revisar o modelo de segurança pública do país de maneira a aperfeiçoar o combate ao crime organizado (GÓIS, 2018, *online*).

Perscrutando-se o atual panorama brasileiro, acredita-se ainda mais na importância da literatura como um direito humano, como forma de combater um comportamento desastroso da população brasileira, que é a pretermissão da investigação e a utilização das famigeradas *fake news*, notícias falsas, que podem interferir negativamente em setores da sociedade, como política, saúde e segurança.

As Nações Unidas no Brasil (2018, *online*) afirmam que:

Em mensagem para o Dia Mundial do Livro, lembrado nesta segunda-feira (23), a diretora-geral da UNESCO, Audrey Azoulay, defendeu que a data é uma celebração das liberdades humanas “mais essenciais”, como as liberdades de expressão e de publicação. Dirigente disse que os livros “permitem o compartilhamento de ideias e conhecimento através das fronteiras e fortalecem o entendimento mútuo e o diálogo”.

[...] Para Audrey, “os livros estão na interseção de algumas das liberdades humanas mais essenciais, primeiramente a liberdade de expressão e a liberdade de publicar”.

“Essas liberdades são frágeis. Diante de muitos desafios, do questionamento aos direitos autorais e à diversidade cultural até as ameaças físicas que, em vários países, atingem autores, jornalistas e editores, essas liberdades também são negadas, ainda hoje, quando escolas são atacadas e quando manuscritos e livros são destruídos”, alertou a dirigente.

A chefe da agência da ONU acrescentou que é um dever de todos proteger esses direitos e promover a leitura e a escrita, com o objetivo de combater o analfabetismo e a pobreza, fortalecer os fundamentos da paz e proteger as profissões e os profissionais relacionados à área editorial.

Cândido é otimista e desnuda o problema, mas formula alvissaras através do crescimento individual e coletivo do homem, alegando que tudo isso poderia ser visto como manifestação infusa da consciência cada vez mais generalizada de que a desigualdade é insuportável, que através dos recursos técnicos e organizacionais a desigualdade poderia ser atenuada, que se poderia falar de um desenvolvimento no sentimento do próximo e em não havendo uma ação em consonância, aí estaria o problema dos que lutam pelo direitos humanos (CÂNDIDO, 2011).

E Cândido voltar a insistir na empatia social, referindo-se ao problema dos que lutam para que isso aconteça:

Por quê? Porque pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo. Esta me parece a essência do problema, inclusive no plano estritamente individual, pois é necessário um grande esforço de educação e auto-educação a fim de reconhecermos sinceramente este postulado. Na verdade, a tendência mais funda é achar que os nossos direitos são mais urgentes que os do próximo (CÂNDIDO, 2011, p. 172).

Heintze (2010, p. 43), no Manual Prático de Direitos Humanos Internacionais, esclarece que “Os direitos humanos formam uma unidade em nível universal e estão direcionados a criar um padrão universal. A Declaração Universal dos Direitos Humanos documenta essa unidade. Todavia, a codificação ramifica essa unidade.” No mesmo documento pontifica as três gerações dos direitos humanos na literatura:

[...] fala-se acerca das três gerações dos direitos humanos na literatura. A primeira geração são os clássicos direitos humanos, os liberais direitos de defesa e os democráticos direitos de participação. Eles são enfatizados principalmente pelos países ocidentais e englobam direitos subjetivos que são legalmente exigíveis pelo Estado. A segunda geração, favorecida pelos países socialistas, são os direitos econômicos, sociais e culturais. Eles são possíveis por meio de uma ação do Estado, que garante o direito ao trabalho, à alimentação, à moradia, à educação etc. A terceira geração, trazida pelo

terceiro mundo, são os direitos solidários ou coletivos dos povos, como, por exemplo, o direito à autodeterminação dos povos. Todo o debate acadêmico sobre as três gerações foi uma expressão da confrontação ideológica nos tempos de oposição ocidente–oriente e não deixou realmente marcas na codificação. (HEINTZE, 2010, p. 43)

No entendimento de Feitosa (2017), a literatura reflete a realidade social de um povo em um determinado espaço de tempo, através do pensamento, valores, conceitos, costumes e ideais, de forma que é possível ler, dialogar com o mundo através da literatura, facilitando a compreensão do comportamento e dos conflitos do homem.

Lima (2012, p. 271), considera que no Brasil a efetivação do direito à literatura, não obstante previsão legal, não há um relevo dessa importância:

A legitimidade do direito à literatura apoiou-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que expressa em seus artigos o direito universal à educação e seus diversos meios de se operar, entre eles a literatura; na Lei nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação; e na Lei nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. E no *Law and Literature Movement*, movimento iniciado em 1970 nos Estados Unidos que conseguiu despertar na cultura jurídica desse país e na Europa uma conexão entre a literatura e o direito. A menção desse movimento no estudo justifica-se para ratificar que nos países desenvolvidos preocupação de efetivar o direito à literatura já adquiriu proporções significativas, enquanto o Brasil, embora tendo previsão legal, ainda não despertou para tal importância. (LIMA, 2012, p. 271).

Segundo Sarlet (2012) *apud* Dantas (2014, p. 28),

A ideia dos direitos fundamentais torna-se percebida por uma dupla dimensão, sejam elas a dimensão subjetiva e a dimensão objetiva. No primeiro caso, as pretensões constitucionais mostram-se como garantias aos indivíduos e protegem a liberdade, a autonomia e a segurança do ser humano perante o Estado e os demais membros da sociedade. No segundo caso, os direitos fundamentais exercem sua função como fundamento do ordenamento político-jurídico do Estado, e se propõem a desferir uma ordem direcionada ao Ente Público, no sentido de que a ele cabe a perene obrigação de materialização e efetivação desses anseios essenciais da sociedade (SARLET, 2012).

Antônio Cândido interpretava o Brasil através da literatura e como observador da relação íntima entre literatura e sociedade, entendeu que a arte e a literatura só poderiam ser consideradas como bens incompressíveis diante de uma organização justa da sociedade:

Mas a fruição da arte e da literatura estaria mesmo nesta categoria? Como noutros casos, a resposta só pode ser dada se pudermos responder a uma

questão prévia, isto é, elas só poderão ser consideradas bens incompressíveis segundo uma organização justa da sociedade se corresponderem a necessidades profundas do ser humano, a necessidades que não podem deixar de ser satisfeitas sob pena de desorganização pessoal, ou pelo menos de frustração mutiladora. A nossa questão básica, portanto, é saber se a literatura é uma necessidade deste tipo. Só então estaremos em condições de concluir a respeito. (CÂNDIDO, 2011, p. 174).

Sobre Lima Barreto, escritor brasileiro que trouxe para a literatura a questão da discriminação racial, um literato militante que deu voz à raça negra, um defensor dos oprimidos da cor da pele, Cândido afirma:

Para Lima Barreto a literatura devia ter alguns requisitos indispensáveis. Antes de mais nada, ser sincera, isto é, transmitir diretamente o sentimento e as ideias do escritor, da maneira mais clara e simples possível. Devia também dar destaque aos problemas humanos em geral e aos sociais em particular, focalizando os que são fermento de drama, desajustamento, incompreensão. Isto, porque no seu modo de entender ela tem a missão de contribuir para libertar o homem e melhorar a sua convivência. (CÂNDIDO, 1989, P. 39)

Assim, a pesquisa tem demonstrado que a literatura é um bem irreprimível, que se não pode negar ao homem.



### 3 O CARÁTER HUMANIZADOR E TRANSFORMADOR DA ARTE E DA LITERATURA

O modernista Mário de Andrade esteve no Nordeste de novembro de 1928 a fevereiro de 1929. O seu contato com o sertão, com os diversos tipos humanos, com as manifestações culturais, como folguedos, danças, músicas e a própria religiosidade do povo, impregnada de superstições, causaram nele um grande impacto, fazendo-o adquirir uma visão de nacionalidade abrangente.

Andrade, que também chefiou o Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, de 1935 a 1938, segundo Cândido (2011), promoveu uma organização da cultura com vista ao público mais amplo, remodelando a Biblioteca Nacional, instalando parques infantis, bibliotecas ambulantes, discotecas públicas e concertos que alcançavam os bairros populares, porque ele entendia que as criações populares eram fontes das eruditas e que a arte vinha do povo.

“Ao mesmo tempo, Mário de Andrade incrementou a pesquisa folclórica e etnográfica, valorizando as culturas populares, no pressuposto de que todos os níveis são dignos e que a ocorrência deles é função da dinâmica das sociedades” (CÂNDIDO, 2011, p. 188).

E por se falar em valorização da culturas populares, poetas de três Estados do Nordeste: Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, reuniram-se no dia 24 de janeiro de 2015, na cidade de Itabaiana – PB, para fundarem a Academia de Cordel do Vale do Paraíba - ACVPB, em homenagem ao sesquicentenário do nascimento do poeta Leandro Gomes de Barros, paraibano de Pombal, considerado o “Pai do Cordel Brasileiro”, no entendimento de Luciano (2014, *online*):

Leandro Gomes de Barros é, sem qualquer sombra de dúvida, o pai do cordel brasileiro. Não só por ter sido pioneiro nas publicações ou ter inventado a profissão de autor-editor-revendedor de folhetos. Também, e talvez seja o indício mais forte, por ter experimentado todas as formas, estilos e modalidades poéticas. Experimentou para depurar. Degustou quadras, sextilhas, septilhas, décimas, martelos e outras estrofações. Foi do cordel ao soneto, cançonetas, odes, paródias. Provou das pelejas, contos universais, novelas ibéricas. Enveredou pelos temas sociais, cantou a cidade do Recife, glosou com outros amigos poetas. Crítico contumaz, observador político, não teve medo de errar, nem de quebrar o pé de algum verso. Rebuscou sua escrita e fundou o seu “marco brasileiro”. Ninguém o superou. Pelo contrário, qualquer referência à poesia cordelística obrigatoriamente deverá citar o filho de Pombal.

Segundo Mozart (2015, *online*):

Poetas cordelistas da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco fundaram a Academia de Cordel do Vale do Paraíba, sendo realizada a posse dos acadêmicos e da primeira diretoria neste sábado, 24 de janeiro, na Casa de Recepções Maison Finesse, em Itabaiana, com as presenças do Secretário de Cultura da Paraíba, Lau Siqueira, Presidente da Academia de Letras da Paraíba, Damião Ramos Cavalcanti, Secretário de Cultura de Itabaiana, Luciano Marinho, Presidente da Academia Feminina Paraibana de Literatura e Arte, Bernardina Freire, pesquisadores da cultura popular, a exemplo da professora Ana Almeida, de Sapé, e da poeta cordelista Sonia Gervásio, de Caruaru, entre outros admiradores dessa arte popular.

A entidade elegeu por aclamação com primeiro presidente o cordelista Sander Lee, secretariado por Fábio Mozart e tendo na tesouraria o poeta Antonio Costta. A assessoria de imprensa ficou a cargo do jornalista Dalmo Oliveira e Valdemir Almeida assumiu como Relações Públicas.

O Paraíba Criativa<sup>2</sup> (2018, *online*), Programa de Extensão do curso de graduação em Turismo, do Centro de Comunicação e Artes (CCTA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), informa que:

Entre os objetivos da ACVPB está o resgate do folheto de cordel, o estabelecimento do cordel nas escolas, as oficinas de cordel, para a disseminação da arte secular, com foco na estrutura de rimas, oração e metrificação, apoio aos novos cordelistas na editoração e disseminação das suas obras, a regularidade de Saraus, com recitais de poetas cordelistas, participação e fomento de feiras de Cordel, parceria com as instituições culturais, para a mobilização de eventos culturais.

No discurso de boas-vindas o poeta Lee (2015, *online*) saudou o escritores:

Hoje Itabaiana abre  
 Instalando a Academia  
 Esse Sesquicentenário  
 Do Mestre da poesia  
 LEANDRO GOMES DE BARROS  
 Cuja obra em mil jarros  
 Floresceu com euforia

O Cordel é a energia  
 Que juntou neste evento  
 Poetas e Repentistas  
 Deixando o povo atento  
 Alunos e professores  
 Escritores, pensadores  
 Exposição do talento

Nosso agradecimento  
 Ao Secretário de Estado  
 Da Cultura Lau Siqueira  
 Poeta abalizado  
 Presidente Damião

---

<sup>2</sup> Website do Paraíba Criativa: <http://www.paraibacriativa.com.br>

Ramos Cavalcanti, o irmão  
Que é por nós mui amado

E por nos ter ajudado  
Através da Fundação  
Casa de José Américo  
Nesta disseminação  
Da Cultura do Cordel  
Que aumentará o fardel  
Da linguagem do Sertão

Também nesta ocasião  
Queremos agradecer  
À imortal Bernardina  
Freire, Flor de Mussambê,  
Que preside a Academia  
Feminina e alumia  
O horizonte do saber

Não podemos esquecer  
Da nossa pesquisadora  
Querida Beth Baltar  
Grande incentivadora  
Desta arte altaneira  
Que cresceu dentro da feira  
Mas agora é adutora

Obrigado, escritora  
Nossa Rosane Coutinho  
Dra. Cida Amorim  
Receba nosso carinho  
O Clodemir Cientista  
Que nunca perde de vista  
O Cordelista e o pinho

O Luciano Marinho  
No reino da poesia  
Do vale do Paraíba  
Sente grande alegria  
E de honra é presidente  
Este esteta decente  
Desta nossa Academia

Oh, minha gente, sorria  
Que está sendo filmado  
Sander Lee, Fábio Mozart,  
Antonio Costa ao lado  
Valbom Lopes, Bob Motta  
É fonte que não se esgota  
Nosso Cordel denodado

Tem juízo abastado  
Pádua Gomes, Rui Vieira,  
Lorena e Sander Brown  
Josafá de Orós na eira  
O Walter Mário da Luz  
Carlos Aires que induz  
O Cordel a vida inteira

Por aqui não tem canseira

Com Eduardo Viana  
 O vate de Zabelê  
 Como é superbacana  
 Descobrir o João Bernardo  
 Este primoroso bardo  
 Da terra de Itabaiana

A sabedoria humana  
 Do vate Beto Lucena  
 O cantor Orlando Otávio  
 Também no Cordel acena  
 Biu Salvino e o grande Heleno  
 São os galos do terreno  
 Que a viola desempena (m)

Luciene concatena  
 O que aprendeu do pai  
 O vate Agenor Otávio  
 Cantando a terra vai  
 Poeta Evânio Teixeira  
 Vai completando a fileira  
 Do Cordel que não retrai

O bom Deus é nosso Pai  
 Deu o Cordel criativo  
 Ao aboio do vaqueiro  
 Ao Poeta Esperantivo  
 Ao Enxuto Embaixador  
 Dalmo Comunicador  
 Do Cordel Educativo

E é por isso que vivo  
 Do Cordel embriagado  
 Se vou liderar dois anos  
 Eu digo muito obrigado  
 Minhas senhoras, senhores,  
 Apologistas, cultores,  
 Obrigado, povo amado!

**Sander Lee**

Como foi dito pelo Programa de Extensão do Curso de Graduação em Turismo, além do resgate do cordel, do estabelecimento do cordel nas escolas e das oficinas, para a aprendizagem e/ou aprimoramento da forma literária, como a metrificação, oração e estruturação de rimas, a ACVPB empreende parcerias com as instituições culturais para a realização de saraus. Em Joao Pessoa, por exemplo, a Academia mantém uma parceria com o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, para, através do Centro Cultural Ariano Suassuna, realizar o Sarau Poemas e Cantos da Cidade, toda última quinta-feira do mês.

Segundo Marinho (2018, p. 252):

Os saraus poéticos têm se caracterizado como espaços sociais que dão voz àqueles que geralmente são excluídos da sociedade. São espaços que além de

voz, proporcionam o primeiro contato de muitos com o universo da literatura. A maior parte desses saraus traz discussões sociais, debatem o cotidiano, a realidade do país e são, portanto, espaços formadores de leitores, autores e cidadãos críticos que pensam o que vivem. Nesses ambientes, a literatura que por muitos é sacralizada, perde esse viés e torna-se bem comum, direito de todos [...].

Marinho (2018, p. 251) traz à baila o poder da literatura como instrumento de reflexão: “A literatura possui um caráter humanizador, o texto que dialoga com o leitor, que interroga e faz refletir, no mais das vezes, tem a capacidade de despertar a sensibilidade, fazer refletir e criar conexões com a realidade.”

No Sarau Poemas e Cantos da Cidade chegou-se a mesclar um recital de cordel com a música clássica da Filarmônica de Barra de São Miguel, sincronizando-se o erudito com o popular.

Cândido (2011, p. 174) diz o seguinte:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. Vista deste modo a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela. Isto é, sem a possibilidade de entrar em contacto com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado.

A literatura no sentido amplo, para Cândido, é impreterível, uma necessidade universal que precisa ser satisfeita:

O sonho assegura durante o sono a presença indispensável deste universo, independentemente da nossa vontade. E durante a vigília a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito, como anedota, causo, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção fixada na novela de televisão ou na leitura seguida de um romance. Ora, se ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, a literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito (CÂNDIDO, 2011, p. 174-175).

Diante da regularidade da realização de eventos com o Cordel, e da frequência do público, percebe-se que a Literatura de Cordel vem cumprindo também o papel de satisfazer essa necessidade universal de cultura.

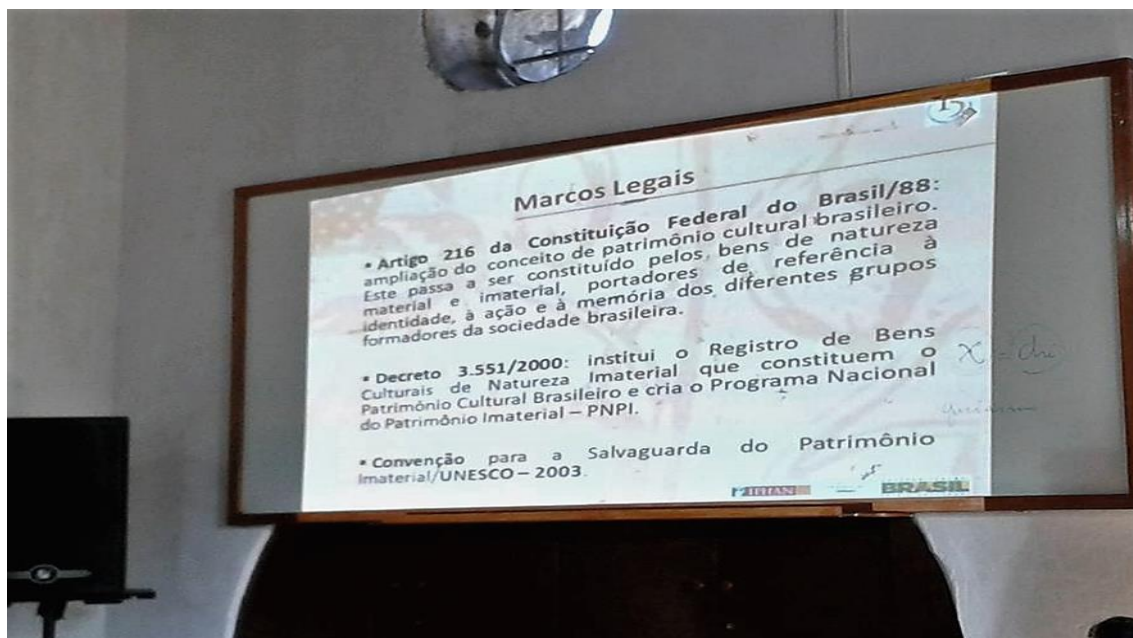
### 3.1 O TOMBAMENTO DO CORDEL COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL

A Academia de Cordel do Vale do Paraíba – ACVPB participou em João Pessoa, no dia 02 de outubro de 2015, da reunião com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, para discutir o Registro do Cordel e do Repente como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, no Museu de São Francisco.

Os marcos legais discutidos pelos organizadores da reunião, conforme a figura 1, foram:

- O Artigo 216 da Constituição Federal do Brasil de 1988: Ampliação do conceito de patrimônio cultural brasileiro. Este passa a ser constituído pelos bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira;
- O Decreto 3.551/2000: Institui o Registro de Bens de Natureza Imaterial que constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI;
- Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial/UNESCO – 2003.

**Figura 1:** Reunião do IPHAN, em João Pessoa, para discutir o registro do Cordel



**Fonte:** Página do Facebook de Sander Lee

A solicitação da Literatura de Cordel foi apresentada pela Academia Brasileira de Literatura de Cordel – ABLC, em 2010. O Repente foi incluído ao mesmo processo no ano de 2013. A pertinência da solicitação da Literatura de Cordel e Repente foi avaliada pelo IPHAN e pela Câmara Técnica Setorial em sua 17ª reunião, considerando-se o pedido pertinente. Assim, o IPHAN promoveu reuniões nos Estados brasileiros para discutir o tombamento. Na Paraíba, a condução esteve sob a responsabilidade da professora Rosilene Aves de Melo, da Universidade Federal de Campina Grande, com o apoio da professora Beliza Áurea de Arruda Mello, da Universidade Federal da Paraíba, e do antropólogo Emanuel Oliveira Braga, do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Paraíba, conforme figura 2.

**Figura 2:** Reunião do IPHAN, em João Pessoa, para discutir o registro do Cordel



**Fonte:** Página do Facebook de Sander Lee

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN reconheceu no dia 19 de setembro de 2018 a Literatura de Cordel como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro:

O gênero literário, que também é ofício e meio de sobrevivência para inúmeros cidadãos brasileiros, a Literatura de Cordel, foi reconhecido pelo Conselho Consultivo como Patrimônio Cultural Brasileiro. A decisão foi tomada nesta quarta-feira, 19 de setembro, por unanimidade pelo colegiado que está reunido no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro. A reunião também contou com a presença do Ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, da presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Kátia Bogéa e do presidente da Academia Brasileira de Literatura de Cordel, Gonçalo Ferreira (IPHAN, 2018, *online*).

Percebeu-se durante a pesquisa que há uma reivindicação para “conduzir os estudos sobre o Cordel norteando-os por sua filiação ao todo poético brasileiro”, pensamento do poeta Aderaldo Luciano exposto na apresentação de Albuquerque et al (2016). A propósito, o livro “Na memória da tradição: fontes de informação em literatura de cordel”, Albuquerque *et al* (2016), é fruto da pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que fundamenta-se na identificação de 150 poetas populares. Na apresentação da obra consta que:

Não convém para a história da literatura de cordel aqueles que se arvoram de “pesquisadores” e não se dão ao trabalho de se aprofundarem na técnica poética do gênero. Prestam um desserviço os que não conseguem burilar, refinar a pesquisa, como um bom escultor faria. Luciano chega a dizer que “os estudiosos do cordel foram incapazes de oferecer-lhe sua verdadeira dimensão literária”. Há pesquisas em que se troca a autoria dos folhetos e Luciano aponta a coleção da Editora Hedra, Biblioteca do Cordel, como uma obra que comete equívocos de autoria.

Por isso é que louvamos “Na memória da tradição”, obra que os pesquisadores da UFPB trazem às nossas mãos. Eles são conscientes da grande responsabilidade e, através da Ciência da Informação, presenteiam a comunidade poética e os seus apologistas. (ALBUQUERQUE et al, 2016, P. 14)

Lombardi (1993, p. 354) *apud* Porfiro (1999, p. 13) afirma que:

Torna-se hoje, indispensável que as manifestações culturais busquem e, verdadeiramente, encontrem meios que promovam o aguçamento das consciências críticas ante a realidade da vida e do mundo, o que fortalecerá na busca das transformações necessárias. Desta maneira, cabe afirmar que o atraso cultural a que têm sido relegadas as massas proletárias, jamais lhes favorecerá o conhecimento e a adequação do pensamento à realidade, uma vez que sua realidade ignorante leva-as a crêr tão somente no irreal, no fictício-ideológico, e sua irracionalidade é explicada pela falta de desenvolvimento da consciência crítica; desenvolvê-la não é o que querem as classes dominantes. Aí só resta, então, pensar e agir na “busca do interesse comum que gera a ideia de resistência, de união, o que é criação do próprio capitalismo e que leva à constituição da classe para si”, através do crescimento intelectual, para a tomada de consciência.

Em 27 de abril de 2012, Lee (2012, *online*), declamou o cordel “Caso Sétimo Garibaldi” em um Seminário de Direitos Humanos, coordenado pelo Prof. Dr. Sven Peterke, na UFPB:



**CASO SÉTIMO GARIBALDI**

Poema declamado em 27/04/2012, por ocasião do Seminário de Direitos Humanos, da UFPB, com o Prof. Dr. Sven Peterke.

Vinte e sete de novembro  
Noventa e oito o ano  
Bandidos encapuzados  
Usando astúcia e engano  
Invadiram a Fazenda  
São Francisco, e em contenda,  
Desenvolveram vil plano

Dizendo-se policiais  
Usaram de violência  
Contra o acampamento  
Na cidade de Querência  
Do Norte, do MST.  
Tristeza, digo a você  
Crueldade e inclemência

Os pobres trabalhadores  
Corriam pra todo lado  
O Sétimo Garibaldi  
Na coxa foi baleado  
Ficou sem atendimento  
De forma que o ferimento  
Levou-o a óbito, coitado!

Foi preso Ailton Lobato  
Da fazenda o gerente  
Mas Morival, fazendeiro  
Só por ter a costa quente  
Escapou sem sofrer dano  
Aumentando o desengano  
Dessa sofredora gente

Cria álibi, cria prova,  
Para enganar a justiça  
Morival aproveitando  
Da indolência, preguiça,  
Do nosso judiciário  
Apostou no ideário  
Do descaso e da cobiça

A Elisabeth Khater  
Indeferiu a prisão  
E com um simples despacho  
Sem a fundamentação  
Liberou o pistoleiro  
Mas prender o desordeiro  
Seria a sua missão

Quase cinco anos depois  
Cansados de esperar  
Da justiça do Brasil  
Sem nada solucionar  
Enviaram petição  
Contra a “investigação”  
À CIDH , OEA

Movimento MST  
 Da Terra a Pastoral  
 Advogados Populares  
 E a Justiça Global  
 Mais a Terra de Direitos  
 Formalizaram seus pleitos  
 Numa ação sensacional

12/05/2004

A despeito dos indícios  
 Do crime e da autoria  
 Pedem o Ministério Público  
 O arquivo, quem diria  
 Do inquérito policial  
 E Khater faz este mal  
 Sem tecer menor porfia

Os direitos às garantias  
 O Estado violou  
 A CIDH OEA  
 Prontamente declarou  
 O Artigo 8.1  
 E o 25.1  
 Da Convenção, apontou!

Depois de onze anos  
 A sentença anuncia  
 A Corte Interamericana  
 Como a vanguarda queria  
 Condenando o Estado  
 Por haver desrespeitado  
 A judicial garantia

A OEA considerou  
 O nosso país culpado  
 Por não responsabilizar  
 Quem havia assassinado  
 O trabalhador rural  
 Judiciário parcial  
 Por ter o direito negado

Governo Lerner, Paraná -1994-2002

Durante o Governo Lerner  
 Esse caso aconteceu  
 E grande perseguição  
 AO MST se deu  
 Ruralistas se uniram  
 Autoridades agiram  
 E a violência ocorreu

Dezesseis trabalhadores  
 Morreram no Paraná  
 Mais de quinhentas prisões  
 Arbitrárias, se deu lá  
 Ameaças e tortura  
 Lesões, dores, amargura  
 Na terra desse paxá

É Direito Internacional  
 Que toda violação  
 Que tenha causado dano  
 Haja a reparação  
 Artigo sessenta e três  
 A Corte, digo a vocês  
 Fez essa aplicação

Somente em 2010  
 Deu-se a reparação  
 E através do Decreto (7.307, de 22/09/2010)  
 Ocorreu a promoção  
 Para sentir o Brasil  
 Que resolver no fuzil  
 É cruel violação

Iracema recebeu (US\$ 52.142,86)  
 É de Darsônia a fração (US\$ 21.142,86)  
 O valor de Vanderlei (US\$ 21.142,86)  
 De Fernando, seu irmão (US\$ 21.142,86)  
 Para Itamar rendeu (US\$ 21.142,86)  
 O Itacir percebeu (US\$ 21.142,86)  
 E Alexandre, o quinhão (US\$ 21.142,86)

Não traz o Sétimo de volta  
 Mas mostra para o Estado  
 Que violando os Direitos  
 Humanos, é condenado,  
 E alerta a população  
 Para que preste atenção  
 No direito consagrado

Sander Lee

Porfiro aponta a literatura de cordel como importante veículo de informação junto às massas, não obstante a Academia não lhe conferir o estatuto de obra de arte:

[...] a Literatura de Cordel, enquanto propagadora das verdades a que as massas precisam ter acesso para o engrandecimento destas, vê cassado pela Academia seu estatuto de obra de arte, como se tal estatuto fosse exigido pelos apreciadores da poesia popular, habitantes do rés do chão da nossa história. Se o discurso burguês prepondera porque domina através da linguagem falseada, é inibidor da coesão social e chega aos seringais amazônicos por via do rádio-de-pilha, eivado de metáforas ocultadoras da ideologia do capital, cabe ao Cordel, instrumento crítico-educativo das gentes simples, revelar ao seu público os significados reais de tais signos. (PORFIRO, 1999, p. 14).

O Governo do Estado da Paraíba, em 2003, adquiriu o acervo pessoal do pesquisador e professor Átila Almeida e doou à UEPB. Para a guarda, conservação e manutenção da coleção a Universidade Estadual da Paraíba instituiu a Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida, hoje com um acervo de 18.271 cordéis, considerado a maior coleção do gênero:

O acervo de cordéis da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida é considerado como a maior coleção do gênero. Composto por títulos raros, datados a partir de 1907, nosso acervo conta com autores da nova geração de cordelistas e veteranos, a exemplo de Leandro Gomes de Barros e José Camelo de Melo Resende. A coleção, atualmente, detém 18.271 cordéis disponíveis (UEPB, 2018, *online*)

Considerando-se outros acervos, pode-se apontar o de Literatura Popular em Versos da Fundação Casa de Rui Barbosa, que disponibiliza mais de 9.000 folhetos de cordel, desses 2.340 foram digitalizados.

O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP disponibiliza uma Cordelteca com 7.176 folhetos de cordel.

O site da Academia Brasileira de Literatura de Cordel possui uma ampla coleção de folhetos digitalizados e oferece informações a respeito da história do cordel e biografia de grandes cordelistas.

A Fundação Casa de José Américo, em João Pessoa, também possui um bom acervo de Cordel, aberto à visitação na Praia de Cabo Branco.

O tombamento do Cordel como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, pelo IPHAN, demonstra que o Cordel está vivo e pujante. A Academia se tem juntado aos escritores nesse propósito da memória. A professora Rosilene Melo, da UFCG, percorreu o Brasil, reunindo-se com os escritores, através do IPHAN, para discutir o registro do Cordel e do Repente.

Identificou-se que na Paraíba os pesquisadores da UFPB, Maria Elizabeth Baltar C. de Albuquerque, Bernardina Maria J. Freire de Oliveira, Izabel França de Lima, Eveline Filgueiras Gonçalves, Fabiana da Silva França e Sale Mário Gaudêncio, participaram de uma pesquisa para a preservação da memória do Cordel, cujo trabalho resultou no livro “Na memória da tradição: fontes de informação em literatura de cordel”, editado pela EDUEPB e pela Editora da UFPB, em 2016.

**Figura 3:** Brasão da Academia de Cordel do Vale do Paraíba



**Fonte:** Acervo do artista plástico Marcelo Soares

### 3.2 O PROJETO DE ACESSO À ARTE DO CENTRO CULTURAL ARIANO SUASSUNA, DO TCE, E OUTRAS AÇÕES

João Pessoa possui um teatro com capacidade para 2.294 lugares, com 11.763 m<sup>2</sup>, que é o Teatro Pedra do Reino, no Centro de Convenções. Entretanto, cobrou-se R\$ 180,00 de uma entrada inteira para o show do cantor Alceu Valença com a Orquestra Sinfônica de Ouro Preto. Já o show do cantor Chico Buarque, que aconteceu no dia 18 de setembro de 2018, nesse teatro, custou R\$ 340,00 a inteira. Ora, reconhece-se o valor desses artistas brasileiros, mas o homem modesto, o assalariado, é certamente aliado desse tipo de entretenimento cultural.

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), através do seu braço cultural, que é o Centro Cultural Ariano Suassuna, tem utilizado o Auditório Celso Furtado, sala com capacidade para 420 pessoas, para levar arte e literatura à sociedade paraibana.

No dia 03 de agosto de 2018, o site do Governo Municipal noticiava, através da sua assessoria de comunicação:

A Orquestra Sinfônica Municipal de João Pessoa (OSMJP) realiza, neste sábado (4), às 18h, no Auditório Celso Furtado do Centro Cultural Ariano Suassuna, o VI Concerto Oficial da Temporada 2018, com obras do austríaco Wolfgang Amadeus Mozart (1756-1791) e do russo Piotr Ilytch Tchaikovsky (1840-1893). A entrada é gratuita. O concerto do mês de agosto terá a participação especial do violinista canadense Guillaume Tardif e regência do maestro Laércio Diniz, regente titular da OSMJP. A apresentação é uma parceria da Fundação Cultural de João Pessoa (Funjope) com o Tribunal de Contas (TCE-PB), por meio do Centro Cultural. No programa da noite, duas das obras mais importantes e conhecidas do repertório erudito, a “Sinfonia 40”, de Mozart, e o “Concerto para violino e orquestra”, de Tchaikovsky, peças que, segundo o maestro Laércio Diniz, “entraram para o gosto do público tanto pela beleza como pela profundidade que elas nos trazem”. (MORAES, 2018, *online*)

Quando da inauguração do espaço de cultura do TCE-PB, em 19 de dezembro de 2014, a assessoria de comunicação informou que:

O Centro Cultural, que o Tribunal de Contas da Paraíba entrega aos paraibanos nesta sexta-feira, dia 19, em ato solene agendado para as 16h00, edifica-se com a robustez de uma identidade: Ariano Suassuna. A imperiosa missão que assume é igualmente vigorosa. “Arte, cultura, conhecimento. São os elos que reforçam a ligação da Corte de Contas com a promoção e os interesses da cidadania”, salienta o conselheiro Fábio Nogueira, presidente do TCE-PB, e construtor da obra. (MORAES, 2014, *online*)

O Centro Cultural Ariano Suassuna – Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e a Academia de Cordel do Vale do Paraíba – ACVPB, promoveram o Sarau Poemas e Cantos da Cidade, com entrada franca, conforme Figura 4. Sobre o evento o jornalista Kubitschek Pinheiro, do Portal Correio da Paraíba, publicou no dia 26 de setembro de 2018:

Nesta quinta-feira, às 18h30, na programação do ‘Sarau Poemas e Cantos da Cidade’, os magistrados Leandro dos Santos e Onaldo Rocha de Queiroga vão lançar novas obras da cultura popular, no Centro Cultural Ariano Suassuna (CCAS). O evento é promovido pelo Tribunal de Contas da Paraíba (TCE-PB) e pela Academia de Cordel do Vale do Paraíba, com entrada gratuita.

...Para o magistrado, o forró está há muito inserido na cultura popular de nosso Estado. “O forró traduz uma essência do nosso povo. O forró é popular. É do povo humilde. O forró se torna importante por refletir essa expressão natural da nossa gente”, disse.

O juiz Onaldo Queiroga vai lançar ‘Por amor ao forró’, segunda edição da biografia do artista Pinto do Acordeon, que acompanha um DVD, com selo da Editora Latus da Universidade Estadual da Paraíba. “Sim, não deixa de ser uma biografia, apesar de, também, possibilitar ao leitor uma viagem a um olhar crítico sobre uma boa parte da obra musical de Pinto, com crônicas, que mostram o convívio dele com Luiz Gonzaga e outros, esclarecendo como ocorrera a criação de algumas canções. O livro, ainda, trás depoimentos de diversos artistas, tais como Fagner, Xico Bezerra, Dominginhos, Chico César e Valtinho do Acordeon.”.

...Ainda na programação do Sarau, o poeta El Gorrion lançará dois romances ‘O soldado e a morte’, ‘A protegida de Maria’ e uma coletânea ‘Cordel Coletivo’ de 36 poetas. Outras obras serão lançadas pelos poetas Ed Porto, com ‘Larandara’, e Thiago Monteiro que, ao lado de Lú Fernandes, apresentará a performance ‘Cada gota de chuva tem mudado/ o cenário da seca no Sertão’.

Também será aberta a exposição ‘Cores do Brejo. Guarabira, uma cidade Naif’, com os artistas Adriano Dias, José Guilherme, José Wellington, Joilson Pontes, Marby Silva, Madriano Basílio, Matheus Matias e Tovo Cabral. A Mostra tem a chancela da Secretaria de Cultura de Guarabira, que trará os artistas para o vernissage de estreia. (PINHEIRO, 2018, *online*)

Observou-se que durante os eventos há a sessão de autógrafos. Diante da diversidade dos suportes das obras (livros, folhetos, cds, dvds, folhas avulsas, endereços eletrônicos), dificilmente alguém deixa de adquirir algo, porque os valores variam de R\$ 30,00 a R\$ 3,00. Alguns poetas disponibilizam as suas obras na internet, outros distribuem folhetos gratuitamente, na intenção da manutenção da secular cultura da Literatura de Cordel.

Relembrando Cândido (2011, p. 174), “[...] E durante a vigília a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente

em cada um de nós, analfabeto ou erudito [...]”, seguem aqui três décimas de poetas populares, publicadas por Lee<sup>3</sup> (2012, *online*), em que os mesmos afirmam que “Tudo é poesia”:

Também em dia de chuva  
Num horizonte nublado  
No ‘risozinho’ minguido  
Dos olhos de uma viúva  
‘Murchinhos’ como a uva  
Que hoje já virou passa  
Na chaminé que fumaça  
No amanhecer do dia  
Em tudo tem poesia  
Até no roer da traça

Luciene Soares

Porém eu vejo mais graça  
É no teu olhar, Lulu  
Mais do que no Pajeú  
Mais que no verde da praça  
Quando o teu olhar me abraça  
Salpicando fantasia  
Meu coração se extasia  
E feito doido ribomba  
Explode feito uma bomba  
Numa chuva de alegria

Sander Lee

Num eco de fantasia  
Eu me meto nesta festa  
E desde a densa floresta  
Vejo encanto e poesia  
Ouço a pura melodia  
Que sopra em muitos lugares  
Céu azul ou verdes mares  
Sem palavras traduzindo  
Os versos que vão surgindo  
Entre sabores e olhares!

Dete Reis

Percebeu-se durante as apresentações nos saraus que a poesia é uma constante na vida dos poetas populares, de forma, que desde os sentimentos de amor e paixão até os fatos triviais, tudo é transformado em linguagem poética.

---

<sup>3</sup> LEE, Sander. **Tudo é poesia**. Recanto das letras, 2012. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/poesias/3450471>> Acesso em: 28 Out. 2018.

**Figura 4** – Convite para o Sarau Poemas e Cantos da Cidade



**Fonte:** Página do Facebook do Centro Cultural Ariano Suassuna, 2018

No dia 28 de setembro de 2018, o Centro Cultural Ariano Suassuna – Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, publicou na sua página de Facebook, ACCS (2018), “Concerto da 5 de Agosto Big Band, com músicas latinas em grande estilo”, disponibilizando o convite e lembrando o fato de ser “Entrada franca”, com “Estacionamento próprio”, conforme a Figura 5:

**Figura 5** – Convite para o concerto da 5 de Agosto Big Band



**Fonte:** Página do Facebook do Centro Cultural Ariano Suassuna



Percebeu-se que cerca de 150 pessoas compareceram ao espetáculo da 5 de Agosto Big Band.

Para consubstanciar este trabalho, sobre a arte e a literatura como bens incompressíveis, fomos ao Concerto da Orquestra Sinfônica Municipal de João Pessoa – OSMPB, tendo como solista a soprano Giovanna Maropo, no dia 15 de setembro de 2018, no Centro Cultural Ariano Suassuna. A entrada foi franca, dentro do projeto do TCE de acesso à cultura, o convite disponibilizado na página do Facebook do CCAS (2018), conforme a Figura 6.

A apresentação se deu através de uma parceria da Fundação Cultural de João Pessoa (FUNJOPE) com o Tribunal de Contas (TCE-PB), por meio do Centro Cultural.

A organização do evento disponibilizou, na entrada do auditório, um encarte em que se lia as peças que seriam executadas.

Do compositor pernambucano Beetholven Cunha, o maestro Laércio Diniz executou duas peças: “E o sol surgiu como se saísse do mar!” e “Lembranças de minha mocidade nas praias entre Pernambuco e Paraíba”. Cunha, que estava na plateia, é um compositor que tem as suas obras interpretadas no Brasil, na Itália, Cazaquistão, Suíça, Polônia, Alemanha, Estados Unidos. E estava ali, ao alcance do público, contribuindo com a sua obra como fator de humanização.

Em seguida a OSMJP executou as árias ‘Rejoice Greatly’, de “O Messias”, de Georg Friedrich Händel (1685-1759), ‘Les Oiseaux dans la Charmille’, da ópera “Os contos de Hoffman”, de Jacques Offenbach (1819-1880) e ‘Je Veux Vivre’, da ópera “Romeu e Julieta”, de Charles Gounod (1818-1893), com participação de Giovanna Maropo.

Para finalizar, a Sinfônica Municipal executou a “Sinfonia em Dó Maior, WWV 29”, de Richard Wagner (1813-1883), um dos mais importantes compositores eruditos. Nessa sinfonia, escrita em 1932, quando Wagner tinha 19 anos, há uma forte influência da obra de Beethoven (1770-1827).

Segundo Moraes (2018, *online*):

O maestro e diretor artístico da Orquestra Sinfônica Municipal de João Pessoa (OSMJP) e da Orquestra Filarmônica do Brasil (Fibra), Laércio Sinharelli Diniz estudou violino na Escola Superior de Música de Colônia (Alemanha). No Brasil teve como mestres de regência Roberto Tibiriçá e Isaak Karabchewsky. Gravou com a New Netherlands Orchestra, com a orquestra Alemã “Das Freie Orchestra Berlin” e com a “Lithuanian National Symphony

Orchestra (LNSO)”. É diretor artístico do Festival Internacional de Música Clássica de João Pessoa.

Cândido (2011, p. 180) considera que: “A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante”. Assim, observou-se que eventos como esses promovidos pelo Centro Cultural Ariano Suassuna cumprem também o papel de humanização.

**Figura 6:** Convite para o Concerto da Orquestra Sinfônica Municipal de João Pessoa



**Fonte:** Página do Facebook do Centro Cultural Ariano Suassuna

Identificou-se que, além do Centro Cultural Ariano Suassuna, outras instituições públicas e privadas promovem, em João Pessoa, encontros culturais. Para elencar, pormenorizar e estudar as ações seria preciso um trabalho específico, o que não é o caso deste, que se volta para a questão da literatura como direito incompressível. Assim, restringiu-se àquelas que se dedicam à valorização da Literatura de Cordel, como a Fundação Casa de José Américo, que além de deter uma Cordelteca, abre o auditório para saraus e encontros literários; a Fundação Espaço Cultural da Paraíba - FUNESC, que durante a evento Agosto das Letras promove feiras e oficinas de Cordel, além de manter

o Sarau na Biblioteca, evento em que o poeta se apresenta e explica a construção da sua poesia; o Serviço Social do Comércio – SESC, que durante o evento SESC de Letras tem realizado oficinas de Cordel e ainda tem levado poetas para um Chá Literário, momento em que o escritor lê os seus poemas, convida a plateia para também fazê-lo e depois, durante um bate papo, toma-se chá com biscoitos; a Fundação Cultural de João Pessoa – FUNJOPE, que mantém parceria com o Centro Cultural Ariano Suassuna, para as apresentações e concertos da Orquestra Sinfônica Municipal de João Pessoa – OSMJP e da 5 de Agosto Big Band. A FUNJOPE também tem utilizado o espaço da Casa da Pólvora para realizar inúmeras oficinas e exposições de artes; a Academia Paraibana de Letras, que tem na pessoa do seu presidente, escritor Damião Ramos Cavalcante, um entusiasta da Literatura de Cordel, inclusive tem disponibilizado o seu auditório para o encontro de poetas populares; e a Usina Cultural Energisa João Pessoa, que disponibiliza o Bar Cultural, gratuitamente, para eventos como saraus e lançamento de livros, e o auditório, de forma remunerada.

Também não se tratou neste trabalho das iniciativas individuais, que são muitas, em prol do acesso às artes e a literatura em João Pessoa. Para referenciar essas ações pessoais, registrou-se apenas as iniciativas da atriz Zezita Matos e do poeta Sander Brown.

Zezita Matos, através do Centro Universitário de João Pessoa UNIPÊ, tem promovido o evento Chá com as Academias, em que junta poetas e escritores de variadas vertentes, para a discussão do acesso à leitura e à arte, inclusive envolvendo a Academia Paraibana de Cinema. A atriz também integra o grupo Molduras Poéticas, juntamente com os músicos Carlyto Campos e Erandi Oliveira, com quem se apresenta declamando poemas seus e de poetas paraibanos, em saraus e escolas públicas, gratuitamente.

Sander Brown é o criador do Sarau Lunar, ação em que consegue reunir poetas populares e contemporâneos, conforme a Figura 7. O poeta mantém parceria com a Editora Penalux, para apresentação dos poetas editados pela mesma, através do seu canal Vinheta Literária, no *YouTube*. Ainda no *YouTube* Brown coordena um programa de entrevistas chamado “Poesia Andante”, que tem como objetivo fazer o poeta conhecido do seu público leitor. Promove palestras nas Escolas sobre a literatura paraibana e tem o hábito de doar livros de poesias para as bibliotecas das escolas públicas.

Entrevista<sup>4</sup> com o poeta Nasser Queiroga. Apresentação<sup>5</sup> do livro “O visgo das coisas”, do poeta e professor da UFPB Expedito Ferraz Jr.

**Figura 7:** Arte convite do Sarau Lunar do mês de outubro, no Bar da Usina Cultural da Energisa



**Fonte:** Página do Facebook do poeta Sander Brown.

SARAU LUNAR, um evento gratuito, que preza pelo envolvimento da plateia, na discussão sobre literatura e música.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a-obKMIOwFo&t=313s>> Acesso em: 25 Out. 2018.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8QRHF3wLsqY>>. Acesso em: 25 Out. 2018.

#### **4 AS AÇÕES DO PLANO ESTADUAL DO LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECA DA PARAÍBA, PARA A PROMOÇÃO DESSE DIREITO**

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) foi instituído através do Decreto nº 7.559 de 1º de setembro de 2011 pelo Governo Federal, situação que motivou os governos estaduais e municipais a trabalharem a implantação de planos regionais que estimulassem o setor.

Na Paraíba, o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba - SECULT, designou o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Paraíba - SEBP-PB para desenvolver um plano que contemplasse as ações de incentivo ao livro, à leitura e à literatura, com o objetivo de aumentar os índices de leitura no Estado.

Levantou-se que antes do decreto presidencial em tela, a Paraíba promovia o 1º Encontro Paraibano do Livro, Leitura e Biblioteca,

No ano de 2010 aconteceu o 1º Encontro Paraibano do Livro, Leitura e Biblioteca, que foi realizado no dia 23 de maio, em João Pessoa no auditório Bangüê do Espaço Cultural José Lins do Rego. O evento contou com o apoio do Ministério da Cultura; do Fórum do Livro, Leitura, Literatura, Informação e Biblioteca (FLITECA); da Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba (APBPB); do Conselho Regional de Biblioteconomia 15ª Região (CRB15); e do Centro Acadêmico de Biblioteconomia da UFPB (CABIBLIO), para a sua realização.

Tendo como público alvo pessoas, entidades e instituições envolvidas na cadeia produtiva do livro e material de leitura: autores, editores e livreiros; pessoas envolvidas com a mediação da leitura, bibliotecários, pedagogos, profissionais de letras e literatura, instituições como Universidades, Bibliotecas, Centros de Estudo e Pesquisas, Entidades representativas como Conselhos e ONGS. Este foi o primeiro passo para se chegar a um planejamento participativo do setor. Os encontros buscaram reunir ao longo dos anos relatórios desses setores, procurando com isso eleger os eixos de ação do Plano. (SECULT, 2015, p. 1)

Em 2014 a FUNESC realizou duas reuniões com a cadeia do livro, leitura, literatura e biblioteca da Paraíba, no Espaço Cultural, momento em que foi decidido o encaminhamento da primeira versão do plano para a apreciação da sociedade civil. Disponibilizou-se na internet por três meses e também realizou-se audiências públicas presenciais nas cidades de Campina Grande, Pombal, Cuité, Boqueirão, Sapé e Lucena no mês de fevereiro de 2015.

A Academia de Cordel do Vale do Paraíba – ACVPB se fez presente em todas as reuniões realizadas na capital do Estado.

Segundo a Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba,

No mês de agosto de 2015 o Governador Ricardo Coutinho publicou o decreto nº 36.106 de 17 de agosto de 2015 que Institui o Grupo de Trabalho (GT) para implementação do PELLB-PB. Compõe o GT os seguintes órgãos e entidades; Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria de Estado da Educação, Conselho Estadual de Políticas Culturais, Conselho Estadual de Educação, Fundação Espaço Cultural, Fundação Casa de José Américo, Assembleia Legislativa (Comissão de Educação, Cultura e Desporto), Conselho Regional de Biblioteconomia 15ª região, Associação de Bibliotecários da Paraíba, Academia Paraibana de Letras, Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Federal da Paraíba, Jornal A União, Editora da Universidade Federal da Paraíba, Editora da Universidade Estadual da Paraíba, Associação Boqueirense de Escritores, Grupo Atitude de Caiçara e Academia de Cordel do Vale do Paraíba. Neste mesmo ano de 2015 ocorreram várias reuniões onde encaminhamentos foram tomados para a formulação do documento base do plano e diagnóstico do estado em relação a cadeia criativa, produtiva e mediadora da leitura. (SECULT, 2015, p. 2).

Os segmentos representados na comissão elaboraram o PELLB-PB, cujo principal objetivo é transformar o Estado da Paraíba em um estado leitor.

Na época da elaboração do plano, segundo a SECULT (2015, p. 2), pesquisas do Instituto Pró-Livro apontavam que era de 4,3 o número de livros lidos por ano no Nordeste, em 2011, enquanto que no ano de 2015 o índice caíra para 3,93, realidade que precisaria ser transformada através do incentivo e valorização do hábito da leitura, naturalmente com o estabelecimento de uma política pública do livro, leitura, literatura e biblioteca no Estado da Paraíba, visando o aperfeiçoamento e a melhoria dos índices de acesso ao livro, à leitura, à literatura e à biblioteca.

Com base no Plano Nacional do Livro e Leitura, a comissão na Paraíba estabeleceu como,

### **PRINCÍPIOS NORTEADORES**

Com base no Plano Nacional do Livro e Leitura citam-se cinco itens como princípios norteadores do PELLB-PB:

- O livro deve ocupar lugar de destaque no imaginário coletivo da população;
- As escolas devem formar leitores;
- A difusão da leitura deve começar nas famílias, de forma a torná-la um hábito;
- O acesso ao livro deve expandir-se através das bibliotecas e pontos de leitura com a criação de mais espaços e a dinamização do acesso às novas tecnologias;
- O preço do livro deve ser acessível a toda população.

### **OBJETIVOS**

Abordar o livro, a leitura, literatura e biblioteca como uma política pública de Estado de forma que contemple toda cadeia produtiva, criativa e mediadora do

livro, com objetivo de democratizar o acesso ao livro e a leitura, bem como, elevar os índices de leitura no estado.

### DIAGNÓSTICO

Os relatórios apresentados pelos segmentos representados no GT procuram esboçar atual situação da cadeia do livro no estado da Paraíba, para identificarem problemas a serem resolvidos, ações e projetos propostos ou em desenvolvimento. (SECULT, 2015, p. 2-3)

Voltando ao pensamento de Cândido,

Alterando um conceito de Otto Ranke sobre o mito, podemos dizer que a literatura é o sonho acordado das civilizações. Portanto, assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo, ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente. Neste sentido, ela pode ter importância equivalente à das formas conscientes de inculcamento intencional, como a educação familiar, grupal ou escolar. Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles. (CÂNDIDO, 2011, p. 175)

No entendimento de Porfiro (1999, p. 14),

...segundo a moral social burguesa, deveras *flexível*, é importante educar as futuras gerações, que viverão o mundo do vir-a-ser, sob padrões esdrúxulos, conforme os quais o ato de mentir é *politicamente aceitável* e correto, dependendo das circunstâncias e dos fins a que se destina a mentira.

E Cândido explica porque a literatura é um instrumento poderoso,

Por isso é que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante. (CÂNDIDO, 2011, p. 175)

Em uma das edições do Sarau Poemas e Cantos da Cidade, promovido pelo Centro Cultural Ariano Suassuna e a Academia de Cordel do Vale do Paraíba, o escritor e juiz Onaldo Queiroga fizera um tributo ao cantor Pinto do Acordeon, presente no evento, lançando o livro “Por amor ao forró: Pinto do Acordeon”.

Queiroga (2017, p. 122-123), relata o seguinte,

Assistindo um dos seus shows, presenciei um desses momentos mágicos, onde ele retratou uma passagem sua durante um comício, coincidentemente, lá na minha terra natal, ou seja, em Pombal-PB. Com a sanfona no peito ele começou a externar esse seu lado teatral, dizendo: “Foi no tempo de Arena e do MDB, início dos anos setenta, pois no Brasil daquela época só existiam esses dois partidos. Fui convidado pelo deputado Adauto Pereira, para participar de um comício de meio de feira, aqueles comícios relâmpagos. Aceitei o convite e me danei para Pombal. Chegamos lá por volta do meio dia. Muita gente na feira, um sol quente da peste, um calor danado. Estacionaram um caminhão numa esquina, próximo ao mercado público, subiram os vereadores, o deputado Adauto Pereira, seu pai, o também deputado Chico Pereira e é claro eu com minha sanfona.

Olha meu povo, eu peguei a sanfona e soltei a voz:

Ninguém é doido, ninguém é louco não  
 Para morrer de fome votando na oposição  
 Ninguém é doido não, ninguém é louco não  
 Para morrer de fome votando na oposição  
 Vamos votar num partido assegurado  
 Que tem velho aposentado recebendo o seu feijão  
 Olhe eleitor seja mais inteligente,  
 Bote isso na sua mente votando na revolução  
 Ninguém é doido, ninguém é louco não  
 Para morrer de fome votando na oposição”

E no relato o cantor Pinto do Acordeon segue contando as suas aventuras. Diz que foi aplaudido pelo público, mas que o partido opositor, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), não gostara:

[...] eu desci do palanque e fui para um bodega beber uma lapada de cana. Quando estava no balcão, então, chegou um moço dizendo que era do MDB, e logo foi direto ao que pretendia. Me perguntou: Você quer quanto para subir no nosso palanque agora, tocar e cantar umas coisas para rebater o que você fez no palanque dos nossos adversários. Nessa hora eu respondi: Olha eu ganhei uns quatrocentos, mas se vocês cobrirem a paga, então, eu subo agora mesmo. O cabra não contou conversa, disse logo, está fechado, eu pago quinhentos para você desmanchar o que fez lá.

...Subi no palanque do MDB, que também estava armado na feira e não contei conversa. Sentei na grade do caminhão, esperei um vereador terminar de discursar, olhei para o céu, não tinha uma nuvem que fizesse uma água mineral. Quando o cabra terminou, botei a sanfona no peito e cantei:

Olhe o preço do arroz  
 Olhe o preço do feijão  
 Para acabar com isso tudo  
 Vote na oposição  
 Eleitor paraibano, mostre ser bom brasileiro  
 Vamos manter a tradição do senador Ruy Carneiro  
 Preste atenção, meu irmão  
 Preste atenção, meu irmão  
 Carestia no Nordeste  
 Muita fome no sertão  
 Agricultor murmurando  
 Pedindo a Deus proteção  
 Trocando um quilo de carne, por uma arroba de algodão  
 Preste atenção, meu irmão



Preste atenção, meu irmão

Segundo Pinto, ele aplaudido e o pessoal do MDB ficou satisfeito. Com isso, ele recebeu o dinheiro acertado, pegou sua sanfona e partiu para Patos (QUEIROGA, 2017, p. 124-126).

Nas duas situações o cantor agradou ao público, porque este não possuía uma informação precisa dos índices econômicos e sociais do Brasil. As pessoas absorviam o que se lhes dizia sem expressarem uma crítica mais apurada.

[...] convém assinalar que a elites dominantes, em suas ambiciosas lutas político-partidárias, não hesitam em usar apenas a mentira e o engodo, mas também, usam o Cordel, sim, quando, em seus comícios eleitoreiros, contratam os serviços de um poeta ou cantador para, em praça pública, a peso de pouca moeda, louvar as qualidades que jamais tiveram. Eis, então, a realidade de uma classe social – a dominante – apoderando-se dos meios próprios da outra em benefício da manutenção do domínio, do poder e do prestígio comprado em palanques eleitorais. (PORFIRO, 1999, 15).

Segundo Cândido:

A respeito destes dois lados da literatura, convém lembrar que ela não é uma experiência inofensiva, mas uma aventura que pode causar problemas psíquicos e morais, como acontece com a própria vida, da qual é imagem e transfiguração. Isto significa que ela tem papel formador da personalidade, nas não segundo as convenções; seria antes segundo a força indiscriminada e poderosa da própria realidade. Por isso, nas mãos do leitor o livro pode ser fator de perturbação e mesmo de risco. Daí a ambivalência da sociedade em face dele, suscitando por vezes condenações violentas quando ele veicula noções ou oferece sugestões que a visão convencional gostaria de proscrever. No âmbito da instrução escolar o livro chega a gerar conflitos, porque o seu efeito transcende as normas estabelecidas. (CÂNDIDO, 2011, p. 176)

Na época da elaboração do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca da Paraíba, a Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba afirmava que:

A Paraíba é um estado que está perto de zerar o número de municípios sem biblioteca pública. Dos seus 223 municípios, somente os municípios de Joca Claudino, Serraria e São Domingos não possuem biblioteca pública. Ressalta-se que existem três bibliotecas estaduais, concentradas na Capital. Ao todo, o SEBP-PB registra 213 unidades cadastradas. (SECULT, 2015, p. 8).

Identificou-se que nas ações para o acesso à literatura e à arte no Estado da Paraíba, a minuta do Plano Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas da Paraíba estabelece cinco eixos. Sendo o primeiro para a democratização do acesso. Transcrevemos o Eixo 1 para se ter uma ideia do trabalho desenvolvido pelo PLLLB/PB:

#### Eixo 1 – Democratização do acesso

- ☐ Zerar o déficit de Bibliotecas Públicas por Município na Paraíba;
- ☐ Implantar 223 novas bibliotecas públicas (ramais, comunitárias, escolares, temáticas, especializadas, itinerantes, etc.), em parceria com as prefeituras, ONGS e Associações;
- ☐ Revitalizar e modernizaras bibliotecas públicas, mediante convênio com governo federal, municípios e organizações da sociedade civil, garantindo repasse financeiro, distribuição de acervos, mobiliário e equipamentos;
  - Conquistar novos espaços de leitura;
  - Distribuir 300 mil livros para as bibliotecas, ampliando e atualizando seus acervos, com periodicidade anual, valorizando sobretudo autores paraibanos e radicados;
  - Melhorar o acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura, desenvolvendo programações culturais nas bibliotecas e em outros ambientes;
  - Incorporar o uso de tecnologias de informação e comunicação em bibliotecas municipais e estaduais, implementando telecentros em parceria com o governo federal, e outras ações de modernização em parceria com as prefeituras e órgãos do governo estadual; (SECULT, 2015, p. 1).

Percebeu-se que a minuta estabelece ainda, no eixo 2, o fomento à leitura, a formação de mediadores e valorização do profissional bibliotecário; o eixo 3, trata da valorização da leitura e da comunicação e seu valor simbólico; o eixo 4, do apoio à criação e ao consumo de bens de leitura e o eixo 5 trata da institucionalização e fortalecimento do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Paraíba – SEBP/PB.

Assim, este trabalho detectou que, para promover o acesso à literatura, deve acontecer o impreterível estabelecimento de políticas públicas e o envolvimento da sociedade civil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observando-se que os objetivos específicos eram realizar levantamento teórico-bibliográfico para identificar a importância da literatura nos Direitos Humanos, observar o caráter humanizador e transformador da arte e da literatura e observar as ações do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca da Paraíba como elementos catalisadores de uma política pública de acesso à literatura e o objetivo geral era realizar uma pesquisa acerca da literatura como direito humano, indispensável à liberdade, é possível constatar que os escopos foram atingidos com êxito.

Traçamos assim o nosso trabalho num cenário em que o autor Cândido afirma que o livro, nas mãos do leitor, pode ser fator de perturbação e até de risco, considerando a ambivalência da sociedade diante dele, suscitando por vezes condenações violentas quando ele veicula noções ou oferece sugestões que a visão convencional gostaria de proscrever.

Fazendo uma relação da literatura com os direitos humanos, Cândido aponta dois ângulos diferentes: 1. A literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza; 2. A literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual.

Assim como Cândido identificou que em Mário de Andrade a incrementação da pesquisa folclórica e etnográfica, valorizava as culturas populares, no pressuposto de que todos os níveis são dignos e que a ocorrência deles é função da dinâmica das sociedades, demonstramos nesta pesquisa a preocupação da Academia de Cordel do Vale do Paraíba transformada em atividade de acesso à literatura e à arte, quando se junta, por exemplo, com uma Orquestra Sinfônica, numa demonstração de que a esfera erudita e a popular trocam influências de maneira incessante, como bem expressava Mário de Andrade. Essas trocas de influências fazem da criação literária e artística um fenômeno de vasta intercomunicação, entende Cândido. Mas ele entende também que envolvendo o problema da desigualdade social e econômica, está o problema da intercomunicação dos níveis culturais.

No corpo do trabalho, colocamos uma construção poética no estilo do Cordel, para demonstrar que é uma peça desenhada para agradar o ouvido, pela musicalidade e pelo

ritmo, obtidos da metrificação, independente da causa que irá servir, seja para denunciar, como no caso Sétimo Garibaldi, seja para abstrair, como no caso de Tudo é poesia.

Cândido (2011) frisa que só numa sociedade igualitária os produtos literários circulam sem barreiras. No Brasil e em outros países onde o analfabetismo ainda é significativo, a situação seria particularmente dramática, considerando-se que a fruição da literatura se estratifica de maneira abrupta e alienante.

Diante desse pensamento, que é pertinente, buscou-se identificar as ações do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca da Paraíba, que vem atuando para mudar essa realidade no Estado. Além das ações de Governo, identificou-se o trabalho de algumas instituições e de particulares.

Identificou-se que a Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba é comprometida com o acesso à leitura e com o estabelecimento de bibliotecas. Na sociedade civil, percebeu-se que a Sala de Concertos Radegundis Feitosa, da UFPB, oferece concertos, a Academia de Cordel, a Academia de Letras da Paraíba, o Centro Cultural Ariano Suassuna do TCE, fundações, espaços de cultura, etc., também promovem o acesso à literatura, porém o pensador Cândido (2011) afirma que nas sociedades que mantêm a desigualdade como norma, o que seria o caso do Brasil, podem ocorrer movimentos e medidas, de caráter público ou privado, para diminuir o abismo entre os níveis e fazer chegar ao povo os produtos eruditos. Que, tanto num caso quanto no outro, estaria implícita como questão maior a correlação dos níveis, de forma que o principal obstáculo poderia ser a falta de oportunidade e não a incapacidade.

Assim, entendemos que a arte e a literatura são bens incompressíveis em todas as suas modalidades e que deve haver o respeito aos direitos humanos numa sociedade justa.

Com base nesta pesquisa construiu-se o poema intitulado Direito à literatura (APÊNDICE A).

Quanto à fruição da arte e da literatura, temos um mundo para conquistar, transformar e incluir. Este trabalho poderá contribuir com futuros pesquisadores, que queiram se envolver no universo do direito à literatura, complementar o material já existente, como também nortear aqueles que desejam desenvolver ações de acesso à arte e a literatura.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth C. de. *et al.* **Na memória da tradição: fontes de informação em literatura de cordel.** Campina Grande: EDUEPB; João Pessoa: UFPB, 2016.

BERRIEL, Carlos. **Trunfo de Antonio Candido foi aproximar literatura e sociedade.** 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/05/1885519-trunfo-de-antonio-candido-foi-aproximar-literatura-e-sociedade.shtml>> Acesso em: 27 Nov. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7559.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7559.htm)> Acesso em: 29 Out. 2018.

CÂNDIDO, Antônio. **A educação pela noite & outros ensaios.** São Paulo: Ática, 1989.

CÂNDIDO, Antônio. **Vários escritos.** 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CASTRO, Daniel Santos de. **Antônio Cândido.** 2016. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/escritores/antonio-candido/>> Acesso em: 24 Out. 2018.

DANTAS, Carlos Edmilson Silva. **As violações do princípio constitucional da dignidade humana em o processo de Kafka.** João Pessoa: UFPB, 2014. Monografia de Graduação defendida em Direito, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FEITOSA, Juliette Freire. **William Shakespeare e o direito: a interpretação legal na obra “medida por medida”.** João Pessoa: UFPB, 2017. Monografia de Graduação defendida em Direito, Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, 2017.

GÓIS, Fábio. ONU diz que execução de Marielle é ameaça aos direitos humanos e sugere que país reveja segurança. **Congresso em foco,** 2018. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/onu-diz-que-execucao-de-marielle-e-ameaca-aos-direitos-humanos-e-sugere-que-pais-reveja-seguranca/>> Acesso em: 29 Out. 2018.

HEINTZE, Hans-Joachim. Os direitos humanos como matéria do Direito internacional público. In: PETERKE, Sven (coord). **Manual Prático de Direitos Humanos internacionais,** Brasília: Escola Superior do MPU, 2010. Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/cedop/wp-content/uploads/2014/04/Manual\\_Pratico\\_Direitos\\_Humanos\\_Internacionais-1.pdf](https://www.ufrgs.br/cedop/wp-content/uploads/2014/04/Manual_Pratico_Direitos_Humanos_Internacionais-1.pdf)> Acesso em: 27 Nov. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Literatura de Cordel ganha título de Patrimônio Cultural Brasileiro**. IPHAN. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4833/literatura-de-cordel-e-reconhecida-como-patrimonio-cultural-do-brasil>> Acesso em: 29 Out. 2018.

LEE, Sander. **Tudo é poesia**. Recanto das letras, 2012. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/poesias/3450471>> Acesso em: 28 Out. 2018.

LEE, Sander. **Posse na academia de cordel do vale do paraíba**. Recanto das letras, 2015. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/cordel/5115718>> Acesso em: 25 Out. 2018.

LIMA, Ana Paula Paschoal Pinto. A literatura como direito fundamental. In: GALUPPO, Marcelo Campos; MADEIRA FILHO, Wilson (Org.). **Direito, arte e literatura**. Florianópolis: FUNJAB: CONPED/UFF, 2012. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/publicacao/livro.php?gt=54>> Acesso em: 24 Out. 2018.

LUCIANO, Aderaldo. Leandro Gomes de Barros e a tradição cordelística. **GGN, o jornal de todos os jornais**. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/blog/aderaldo-luciano/leandro-gomes-de-barros-e-a-tradicao-cordelistica>> Acesso em: 29 Out. 2018.

MARINHO, Josefa Janiele Cordeiro. O caráter educador dos saraus poéticos: literatura marginal em foco. **Revista Igarapé**, Porto Velho (RO), v.5, n.2, p. 250-264, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/view/2689>> Acesso em: 25 Out. 2018.

MARINS, Luiz. **Tudo o que é fácil já foi feito**. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=850218024X>> Acesso em: 29 Out. 2018

MASCARO, Laura Degaspere Monte. **O papel da literatura na promoção e efetivação dos direitos humanos**. São Paulo: USP, 2011. Dissertação de Mestrado defendida em Filosofia e Teoria Geral do Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-02052012-155032/publico/Laura\\_Degaspere\\_Monte\\_Mascaro\\_ME.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-02052012-155032/publico/Laura_Degaspere_Monte_Mascaro_ME.pdf)>.

MORAES, Juneldo. **OSMJP se apresenta com obras de Mozart e Tchaikovsky no Centro Cultural Ariano Suassuna**. Portal da Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2018. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/osmjp-se-apresenta-com-obras-de-mozart-e-tchaikovsky-no-centro-cultural-ariano-suassuna/>> Acesso em: 27 Out. 2018.

MORAES, Juneldo. **Orquestra Sinfônica Municipal de João Pessoa se apresenta no Centro Cultural Ariano Suassuna**. Portal da Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2018. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/orquestra-sinfonica-municipal-de-joao-pessoa-se-apresenta-no-centro-cultural-ariano-suassuna/>> Acesso em: 28 Out. 2018.

MORAES, Ridismar. **Centro Cultural Ariano Suassuna coloca arte, cultura e conhecimento em aliança com a cidadania**. Portal do TCE/PB, 2014. Disponível em: <<http://tce.pb.gov.br/noticias/centro-cultural-ariano-suassuna-coloca-arte-cultura-e-conhecimento-em-alianca-com-a-cidadania>> Acesso em: 27 Out. 2018.

MOREIRA, Elana Gomes Santos; NOGUEIRA, Bernardo Gomes Barbosa. Direito e literatura: a importância da literatura no Direito. **Diké**, Itabirito, v. 6, n. 9, p. 30-43, jan./jun., 2014. Disponível em: <[https://faculdadealis.com.br/uploads/faculdade\\_alis\\_2017/arquivos/revista1de2014-635797483707998605.pdf](https://faculdadealis.com.br/uploads/faculdade_alis_2017/arquivos/revista1de2014-635797483707998605.pdf)>. Acesso em: 21 Out. 2018.

MOZART, Fábio. **Poetas fundam academia de cordel em Itabaiana**. Ponto de Cultura Cantiga de Ninar: sociedade amigos da rainha do vale, 2015. Disponível em: <<https://pccn.wordpress.com/2015/01/25/poetas-fundam-academia-de-cordel-em-itabaiana/>> Acesso em: 25 Out. 2018.

OLIVEIRA, Marcus Eduardo de. **Padre Lebrez, a economia e o humanismo**. Campo Grande: Campo Grande News, 2011. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/artigos/padre-lebrez-a-economia-e-o-humanismo>> Acesso em: 09 Out. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Unicef Brasil. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.htm/](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm/)> Acesso em: 29 Out. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Nações Unidas no Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/livros-fortalecem-dialogo-e-entendimento-mutuo-diz-unesco-em-dia-mundial/>> Acesso em: 29 Out. 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Pacto de San José de Costa Rica**. San José: Organização dos Estados Americanos, 1969. Disponível em: <[https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm)> Acesso em: 29 Out. 2018.

PARAÍBA (Estado). Decreto nº 36.106, de 17 de agosto de 2015. Institui Grupo de Trabalho (GT) para implementação do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Estado da Paraíba. Disponível em: <<http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/07/Diario-Oficial-18-08-2015-Decreto-Selo-Parceria-Jovem.pdf>> Acesso em: 29 Out. 2018.

PARAÍBA (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. **Plano estadual do livro, leitura, literatura e bibliotecas da Paraíba**. João Pessoa: SECULT, 2015.

PARAÍBA CRIATIVA. **Inventário**: Academia de Cordel do Vale do Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2018. Disponível em: <<http://www.paraibacriativa.com.br/artista/academia-de-cordel-do-vale-do-paraiba/>> Acesso em: 25 Out. 2018.

PETERKE, Sven (coord.) **Manual Prático de Direitos Humanos Internacionais**. Brasília: ESMPU, 2010. Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/cedop/wp-content/uploads/2014/04/Manual\\_Pratico\\_Direitos\\_Humanos\\_Internacionais-1.pdf](https://www.ufrgs.br/cedop/wp-content/uploads/2014/04/Manual_Pratico_Direitos_Humanos_Internacionais-1.pdf)> Acesso em: 27 Nov. 2017.

PINHEIRO, Kubitschek. **Magistrados Leandro dos Santos e Onaldo Queiroga lançam obras**. João Pessoa: Portal Correio da Paraíba, 2018. Disponível em <<https://correiodaparaiba.com.br/cultura/magistrados-leandro-dos-santos-e-onaldo-queiroga-lancam-obras/>> Acesso em: 27 Out. 2018.

PORFIRO, José Cláudio Mota. **Literatura de Cordel, educação e formação da consciência crítica**. Campinas: FEC, 1999. Tese doutorado defendida em Educação, Faculdade de Educação de Campinas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252669>> Acesso em: 25 Ago. 2018.

QUEIROGA, Onaldo Rocha de. **Por amor ao forró**: Pinto do Acordeon. 2 ed. Campina Grande: Latus, 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao\\_leitura/sociologia/outra\\_globalizacao.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/sociologia/outra_globalizacao.pdf)>. Acesso em: 27 Nov. 2017.

SARMATZ, Leandro. Antonio Candido o mestre do Brasil. **Super interessante**, 2004. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/cultura/antonio-candido-o-mestre-do-brasil/>> Acesso em: 29 Out. 2018.

UNESCO. **Plano de ação**: programa mundial para educação em direitos humanos: Terceira fase. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002329/232922POR.pdf>> Acesso em: 21 Out. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. Biblioteca de obras raras Átila Almeida. **Cordéis**. Campina Grande, 2018. Disponível em: <<http://bibliotecaatilaalmeida.uepb.edu.br/>> Acesso em: 29 Out. 2018.



## APÊNDICE A

### O DIREITO À LITERATURA

(Com base no pensamento de Antônio Cândido)

Para Sven Peterke, Ronaldo Alencar e Ana Carolina Souto

Pensar Direitos Humanos  
Tem decerto um pressuposto  
O que é indispensável  
Para nós, fique isto posto,  
Para o próximo é também  
Não se defraude ninguém  
Seja o direito proposto

Pois a tendência mais funda  
Achar que o nosso direito  
Prevalece sobre o próximo  
E que o outro sujeito  
Não teria a primazia  
Gozar da mesma alegria  
Nem urgência no seu pleito

Vitimadas as pessoas  
De certa obnubilação  
Dizem: “o outro tem direito  
Casa, comida, instrução...”  
Mas de Beethoven, meu bem  
Os quartetos vão além  
Dostoievski é ilusão

Porém o Pe. Lebreton  
Bens incompressíveis chama  
E assim Antônio Cândido  
Por esses direitos clama  
Que não podem ser negados  
Escondidos, solapados,  
Sem provocar grande drama

O certo é que cada época  
E também cada cultura  
Estabelecem critérios  
(Dentro a literatura)  
De incompressibilidade  
Divisão sociedade  
Dá-se ou nega-se à criatura

E lembra que a classe média  
Em certo tempo dizia  
Que os empregados não tinham  
Dentro da economia  
Nem folga, nem sobremesa  
O costume da dureza  
Ora, esses bens inibia

Portanto é preciso ter  
Critérios para abordar  
Esses bens incompressíveis  
Rever e considerar  
Que pobres e desvalidos  
Devem ter atribuídos  
Esses bens para gozar

Tratamento igualitário  
(O que não é caridade)  
Pois os direitos humanos  
Lastro na legalidade  
Levam em consideração  
Bens incompressíveis são  
Pra toda sociedade

Não só os que asseguram  
A física sobrevivência  
Mas também os que garantem  
Integridade, essência,  
Liberdade, arte, instrução,  
Literatura, opinião,  
E à opressão resistência...

Diga-se de forma ampla  
Quanto à literatura  
Ficção, drama, poesia,  
Todos os tipos – cultura  
Folclore, lenda e chiste  
Ao mais complexo que existe  
Em civilizada altura

Porque a literatura  
Como é manifestação  
Claramente universal  
Dos homens – que sensação!  
Não há povo que não viva  
A literatura ativa  
Com alguma fabulação

Assim como todos sonham  
Todas as noites, ninguém  
Passa as vinte e quatro horas  
Sem se entregar “refém”  
Universo fabulado  
Ao maravilhoso estado  
Desse incompressível bem

E durante a vigília  
A ficcional criação  
Ou poética – a mola  
Da literatura – ação  
Presente em nós – tenho dito  
Analfabeto ou erudito  
HQ, caso, canção

Mas a fruição da arte e  
Literatura estaria  
Segundo Antônio Cândido  
Só nesta categoria  
Na justa organização  
Da sociedade, então  
Em profunda harmonia

E citando Otto Rank  
Sobre a literatura  
Diz que é o sonho acordado,  
(Numa bonita figura)  
Pois das civilizações  
Provocando sensações  
De equilíbrio e brandura

É fator indispensável  
Da nossa humanização  
Confirma a humanidade  
Porque a sua ação  
Atua no inconsciente  
E no subconsciente  
Trabalha a educação

Confirma a literatura  
Nega, propõe, denuncia,  
Apoia e também combate  
É de paz e de arrelia  
Vivendo-se a dialética  
Afirma a nossa poética  
Mais equilíbrio haveria

Porém nas mãos do leitor  
O livro poderá ser  
Fator de perturbação  
E é por isso que o poder  
Em face dele condena  
Quando o livro é uma arena  
E quer logo proscrever

Porque a literatura  
Ela é uma instrução  
Forma de conhecimento  
E forma de expressão  
Incorporação difusa  
A construção que se usa  
Pra organizar a visão

As produções literárias  
Todos os tipos e níveis  
As nossas necessidades  
Satisfazem – oh, sensíveis  
E da incorporação  
Enriquece a percepção  
Por isso impreteríveis

Sanderli José da Silva (Sander Lee)